



3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES  
- CTC -

EMENTA TAQUIGRÁFICA

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO		
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>DATA:</b> 4/9/2013 <b>HORA:</b> 9h	<b>LOCAL:</b> Sala 01 das Comissões/Alesc
<b>SUMÁRIO:</b> Apresentação do cumprimento das metas fiscais, nos termos do artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101/00; do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2012; do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012; do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º bimestre de 2013; e do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2013.		
<b>PRESIDENTE:</b> Deputado Estadual Gilmar Knaesel, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)		
<b>PARTICIPANTES DA MESA:</b> Deputado Estadual Gilmar Knaesel; Deputado Estadual Ismael Santos; Deputado Estadual Mauro de Nadal; Deputado Estadual Renato Hinnig, substituindo o Deputado Estadual Darci de Matos; Deputado Estadual Neodi Saretta; Deputado Estadual Dirceu Dresch, substituindo a Deputada Estadual Ana Paula Lima; Deputado Estadual Maurício Eskudlark; Deputada Estadual Luciane Carminatti; Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt; Deputado Estadual Dóia Guglielmi; Deputado Estadual José Milton Scheffer; Deputado Estadual Valmir Comin; Antônio Marcos Gavazzoni, Secretário de Estado da Fazenda; Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda.		
<b>REGISTRO DE PRESENÇA:</b> Wanderlei Pereira das Neves, diretor de Captação de Recursos da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda; Gelson Sorgato, Secretário Executivo de Articulação Estadual.		
<b>MANIFESTAÇÕES:</b> Deputado Estadual Gilmar Knaesel; Antônio Marcos Gavazzoni; Adriano de Souza Pereira; Deputado Renato Hinnig; Deputado Estadual Dirceu Dresch; Deputado Estadual Maurício Eskudlark; Deputada Estadual Luciane Carminatti; Deputado Estadual José Milton Scheffer; Deputado Estadual Valmir Comin.		
<b>ENCAMINHAMENTO:</b> - proposta do Deputado Renato Hinnig de reunião conjunta com a Fazenda e com a Secretaria de Estado da Educação no sentido de fazerem uma apresentação analítica dos investimentos e gastos na área da educação.		



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA A APRESENTAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO 4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00; DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 6º BIMESTRE DE 2012; DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE DE 2012; DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 2º BIMESTRE DE 2013; E DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 1º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 4 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 9H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão de Finanças e Tributação. Inicialmente quero dar conhecimento aos Deputados e às Deputadas desta Comissão da ata da última reunião, que foi distribuída em gabinete e todos tiveram possibilidade de conhecê-la.

Portanto, eu coloco em discussão a ata da 18ª reunião ordinária. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

Antes de prosseguirmos, informo que o Deputado Dirceu Dresch está substituindo a Deputada Ana Paula Lima e o Deputado Renato Hinnig está substituindo o Deputado Darci de Matos.

Hoje, contamos com a honrosa presença do senhor Antônio Marcos Gavazzoni, Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina; do senhor Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Wanderlei Pereira das Neves, diretor de Captação de Recursos da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda; e de demais diretores. Também está aqui conosco o Deputado Dóia Guglielmi. [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.*]

Dentro do que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), também no seu artigo 9º, parágrafo 4º, é obrigatória a presença do Secretário de Estado da Fazenda aqui nesta Casa, na Assembleia Legislativa, para a apresentação dos relatórios de receita e despesa, sempre de forma a atender os quadrimestres. No caso de hoje, especificamente, teremos dois quadrimestres a serem apresentados, o 3º quadrimestre de 2012 e o 1º quadrimestre de 2013.

Quero dizer aqui, mais uma vez, que em comum acordo com o Secretário nós postergamos em alguns momentos a vinda de S.Exa. a esta Casa, mas sempre de forma... a disposição do Secretário de atender o nosso convite. E hoje temos a honrosa presença de S.Exa. para fazer a sua apresentação.

Então passo a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni, para que possa iniciar esta apresentação, dentro do tempo que V.Exa. precisar.



**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Obrigado, Deputado. Quero cumprimentá-lo, Presidente Gilmar Knaesel; e também os demais membros desta Comissão; o nosso diretor de Contabilidade Geral, o competentíssimo Adriano de Souza Pereira; o nosso diretor de Captação de Recursos da Dívida Pública, Wanderlei Pereira das Neves, outro servidor público competentíssimo. Presidente Knaesel, eu tenho várias observações a fazer, vários destaques a fazer, mas quero fazê-los após a apresentação técnica do diretor Adriano, se possível.

**O SR. PRESIDENTE ( Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Sem dúvida, a forma da apresentação fica conduzida por V.Exa. Não há problema nenhum iniciar, então, pela apresentação dos números, dos dados técnicos, e, depois, se o Secretário julgar importante, fará as suas observações.

Passo a palavra ao senhor Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda.

**O SR. ADRIANO DE SOUZA PEREIRA** – Meus cumprimentos ao Deputado Gilmar Knaesel, Presidente da Comissão de Finanças da Assembleia, estendo-os a todos os presentes.

De início, quero fazer um agradecimento aos colegas contadores da Fazenda, que atuam na Gerência de Informações Contábeis e Transparência, os quais preparam este material, elaboram os relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e mantêm o Portal de Transparência do Executivo.

Nós vamos apresentar as informações da LRF do 1º quadrimestre de 2013 e as relativas ao final de 2012. E assim, Deputado Gilmar, já de antemão podemos afirmar que o Estado vem promovendo uma gestão fiscal responsável e está com as suas contas em equilíbrio. Então, é o que vamos demonstrar no decorrer da apresentação.

Sobre a LRF, de forma bem sucinta, ela estabelece mecanismos para que se tenha controle do gasto público, controle do endividamento; para que se tenha o equilíbrio da gestão fiscal; para que os governos federal, estadual e municipal tenham uma gestão fiscal equilibrada.

Uma das premissas da LRF é justamente a transparência, a transparência que se dá pela divulgação das informações de arrecadação, das informações de despesa. E de todos os pagamentos que o governo realiza, que tem de fazer, essa divulgação é feita no Portal da Transparência. Então, o governo atualiza diariamente tudo o que é arrecadado, tudo o que é pago. Está lá para toda a sociedade poder acompanhar, poder visualizar.

Sobre a transparência da gestão fiscal, que vamos tratar especificamente hoje, em 2000 a LRF estabeleceu dois relatórios técnicos, o Relatório de Execução Orçamentária, que tem de ser elaborado e publicado a cada dois meses, e o Relatório de Gestão Fiscal, com periodicidade quadrimestral.

A respeito do Relatório de Gestão Fiscal, além da sua publicação, a gente pública no Diário Oficial e no Portal de Transparência. A gente também precisa fazer a apresentação na audiência pública exatamente para mostrar como está a gestão fiscal, como estão as contas públicas, como está o Estado em relação aos limites estabelecidos pela gestão fiscal, que é justamente o artigo 9º da LRF, ou seja, apresentar aqui na Comissão de Finanças a situação do Estado.

*(Procede-se à apresentação de slides.)*

Começarei falando do 1º quadrimestre de 2013; em seguida, darei uma passada rápida na execução orçamentária, receita e despesa; e, depois, tratarei dos limites da lei fiscal.



Publicação dos relatórios. Diário Oficial do Estado nº 19.584, de 28/5/2013: Relatório de Gestão Fiscal – 1º Quadrimestre/2013; Diário Oficial do Estado nº 19.585, de 29/5/2013: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2º Bimestre/2013.

Vou falar rapidamente da execução orçamentária de janeiro a abril deste ano. O Estado arrecadou, ficou no caixa, R\$ 5,4 bilhões – 5.2% acima do mesmo período de 2012; realizou despesa de R\$ 4,9 bilhões – 4% acima de 2012; e teve um resultado orçamentário de R\$ 450 milhões.

Detalhamento da arrecadação. Arrecadação bruta de R\$ 7,6 bilhões. Tudo o que se arrecada a gente tem que mandar para os Municípios, um valor para o Fundeb e as restituições. Isso totalizou R\$ 2,1 bilhões, de janeiro a abril de 2013. Então, a arrecadação líquida do Estado nesse período, R\$ 5,4 bilhões. Isso é o que ficou no caixa para manutenção do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público (MP) e para o Executivo manter os seus serviços públicos e fazer os seus investimentos. Um acréscimo de 5.2%, comparando com o mesmo período de 2012.

Aqui (*aponta para o slide*) um detalhamento interessante: a questão da arrecadação tributária responde por 70% da arrecadação total do Estado. A gente chama a arrecadação tributária a arrecadação própria e os repasses federais. A arrecadação própria, basicamente ICMS e IPVA. Qual é o destaque que a gente faz aqui? O total da arrecadação tributária do Estado de janeiro a abril, R\$ 5,5 bilhões, se perfaz pela arrecadação própria e pelos repasses da União, 93%, relativos à arrecadação própria – esforço do Estado de Santa Catarina. ICMS e IPVA: o ICMS responde por 79% o IPVA por 6.7%. Então, dos R\$ 5,5 bilhões tributários, R\$ 4,4 bilhões é arrecadação do ICMS. A gente teve um acréscimo na arrecadação própria, comparando com o mesmo período de 2012, de 6.5%, de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 5,2 bilhões.

IPI-Exportação e Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. A situação fica um pouco mais complicada. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*] O Estado recebeu apenas R\$ 360 milhões, de janeiro a abril, o que representa somente 6,5% da arrecadação tributária do Estado. Nominalmente, foi um valor menor do que o recebido no primeiro quadrimestre de 2012, que tinha sido R\$ 375 milhões. Então, o FPE – Fundo de Participação dos Estados –, somente 3% a mais em relação a 2012; o IPI, 6% a mais; e a Cide, tínhamos recebido R\$ 27 milhões de janeiro a abril de 2012, recebemos apenas R\$ 2 milhões até abril de 2013, e houve o zeramento da alíquota da Cide. Os Estados não recebem mais. Esse é um ponto que chamou bastante a atenção, não é? Então, voltando rapidamente, 93% da arrecadação própria e 6.5% de repasses federais.

Sobre a arrecadação tributária, para fechar esse tema. A gente arrecadou R\$ 5,5 bilhões; o Estado mandou R\$ 1,3 bilhão para os Municípios relativo à participação dos tributos, em especial 25% do ICMS e 50% do IPVA. Um dado importante aqui é o aumento do repasse aos Municípios em relação ao mesmo período de 2012: um incremento para os Municípios de um pouco mais de 13%. Para o Fundeb, R\$ 780 milhões, a fim de se fazer a formação do Fundeb Santa Catarina. Em resumo, R\$ 5,5 bilhões, ficando no caixa um pouco mais de R\$ 3,4 bilhões relativos à arrecadação tributária.

Sobre os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. A LRF estabeleceu limite para gasto com folha de pagamento, para endividamento, para saldo da dívida pública, para contratação de empréstimos e para concessão de garantias, a fim de garantir o equilíbrio das contas.

Vamos mostrar como estão os limites do primeiro quadrimestre do ano. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias está determinada a meta para o resultado primário e para o



resultado nominal. A meta para o ano 2013 é R\$ 1,5 bilhão de resultado primário. Atingimos até abril R\$ 738 milhões, então 48% da meta cumprida, mas a aferição desse limite é no final do ano. O resultado nominal foi uma redução de R\$ 138 milhões, sendo que atingimos R\$ 312 milhões. Então, o Estado não está cumprindo o nominal até o momento. Lembramos que a comprovação do primário e do nominal se dá ao final do exercício.

O item gasto com pessoal é muito importante. A Lei Fiscal estabeleceu limites para cada Poder e órgão – Executivo, Judiciário, Ministério Público e Legislativo –, que é a coluna em vermelho (*aponta para o slide*); e estabeleceu os limites de alerta e prudencial.

O limite legal. Por exemplo, aqui (*aponta para o slide*) temos o Poder Executivo, que tem 49% da sua Receita Corrente Líquida, e basicamente a receita corrente líquida, se a gente comparar com uma empresa, seria a receita operacional, a receita de tributos, a receita de serviços do Estado. Então, o limite legal do Poder Executivo é 49%; o limite de alerta é 90% desse valor, que corresponde a 44,10%. Se chegar ao alerta, como o nome já sugere, o Tribunal de Contas emite um ofício ao Poder dizendo que chegou nesse limite. Limite prudencial: quando se chega a 95% do limite legal, a partir do momento do prudencial o Estado já fica... o órgão que atingi-lo começa a ter algumas restrições relativas à contratação, à nomeação de novos servidores e ao aumento de salários. E na coluna mais à esquerda a gente mostra a situação do Estado em abril de 2013. Então o Poder Executivo e o Tribunal de Contas estão no limite prudencial, a Assembleia está no limite de alerta, e o Judiciário e o Ministério Público estão abaixo dos limites da Lei de Responsabilidade.

No entanto, essa situação não se verifica somente em Santa Catarina. Eu trouxe este demonstrativo (a visualização não está muito boa) que contém os indicadores de gestão fiscal, que a Secretaria da Fazenda publica mensalmente no Portal da Transparência – a equipe da contabilidade elabora esses demonstrativos. Aqui (*Mostra no slide*) nós temos a situação de todos os Estados da Federação no mesmo período, até abril de 2013.

Então, de forma bem rápida, os em azul, que são 12 Estados, estão abaixo do limite prudencial; e os demais, em amarelo, vermelho e laranja ou estão no limite legal, ou no alerta, ou no prudencial. Portanto, essa não é uma situação específica de Santa Catarina, isso está se verificando em vários Estados da Federação.

Com relação à dívida consolidada líquida, também é um indicador da Lei de Responsabilidade. A dívida total do Estado é de R\$ 13,5 bilhões em abril de 2012, e teve um acréscimo de 2,6%, comparando com o mesmo período de 2012. A dívida consolidada líquida, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pode atingir até duas vezes a receita corrente líquida; então 200% é o limite. O Estado está bem abaixo porque está apenas com 40%.

Também lá nos indicadores a gente pode verificar – isso está no Portal da Transparência e pode ser acessado com mais tranquilidade – a situação de todos os Estados da Federação. A gente vê que Santa Catarina está em azul, com somente 40%; o limite é de 200%, que é a linha vermelha. Então, Rio Grande do Sul é o único Estado da Federação que está acima; a sua dívida é de 213% acima do limite legal. Alguns Estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas, estão com aproximadamente 140%, 150%. O Paraná está com 40%, próximo ao de Santa Catarina; Pernambuco está com 39%.

A trajetória da dívida de Santa Catarina, segundo informações da nossa Diretoria de Capitação e Dívida Pública, está descendente, reduzindo o seu percentual em relação



à receita corrente. Então, Santa Catarina está cumprindo esse limite com bastante tranquilidade.

Ligada à dívida, temos a questão do pagamento, o desembolso mensal. Todo o trabalho que o Estado tem feito para renegociar as suas dívidas, o resultado já está começando a aparecer nas finanças do governo. Em relação à amortização da dívida, se a gente comparar janeiro a abril de 2012 com janeiro a abril de 2013, a amortização tinha sido de R\$ 170 milhões e passou para R\$ 230 milhões, sendo 36% a mais de amortização da dívida. Em contrapartida, os juros quase R\$ 400 milhões tinham sido pagos, de janeiro a abril de 2012, um pouco mais de R\$ 160 milhões em 2013. Então, uma redução de quase 60% nos juros. [Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz] Pelos números, o Estado vem pagando aproximadamente cem milhões de juros por mês, e agora, com essas renegociações, cinquenta milhões por mês. Então isso dá um alívio interessante ao caixa do governo do Estado.

Em relação às garantias, a LRF estabelece que o governo pode ser garantidor de operações de empréstimos de outras instituições até 22% da receita corrente líquida. Nisso Santa Catarina está bem tranquila porque está em 0,60, bem pouco, dos 14 bilhões da receita líquida. Ele ofereceu como garantidor de duas operações da Casan, realizadas em 1991 e 1996, no valor de 88 milhões. Esse limite está bem abaixo. As operações de crédito, que são os empréstimos de longo prazo. O Estado pode, durante um ano, contratar empréstimos de até 16% da renda corrente líquida. Então até abril contratou R\$ 36 milhões, e isso representa só 0,25%, bem abaixo do limite.

Para fechar as informações do primeiro quadrimestre, a questão da aplicação em saúde e educação. Em relação à saúde. Os dois limites – saúde e educação – têm que ser comprovados no final do ano, mas é feito um acompanhamento periódico do Estado. Então, até o primeiro quadrimestre de 2013 o Estado aplicou 488 milhões em saúde. Em comparação com 2012, foram 27% a mais. É um incremento significativo de 380 para 488. Em relação ao limite, a gente está em 11,46, dos 12%, mas lembrando que a comprovação é no final do ano. Em relação à educação, a aplicação é de 1 bilhão e 170, que representa 27,5% até o momento, mas a comprovação também se dá ao final do exercício.

De forma bem rápida, vamos falar do fechamento do ano de 2012. Publicação no Diário Oficial nos dias 28 e 29 de janeiro e também no Portal da Transparência, os relatórios fiscais.

Cumprimento das metas. Resultado nominal: a meta era a redução de 327 milhões. O Estado cumpriu com tranquilidade: 1 bilhão e 96 de redução. O resultado primário, ele chegou muito próximo de cumprir, que era de 1 bilhão e 47. Basicamente a economia que o Estado tem que fazer para o pagamento da dívida, de juros da dívida. Então, pelo valor apurado a gente chegou a 869 milhões. Só que aqui cabe destacar que, pelo critério da lei, a gente considera toda a receita não financeira comparando com toda a despesa não financeira. Mas tem despesa que é financiada com recursos que sobraram do ano anterior, porque se a gente comparar a receita que foi arrecadada em 2012 com a despesa que foi realizada em 2012, financiada por este recurso arrecadado no mesmo ano, tudo de 2012, a receita e a despesa, a gente teria um superávit muito maior, ao invés de 869 milhões, seria de 1 bilhão e 900. Então cumpriria o limite. Em relação à saúde e à educação, o Estado também cumpriu: 29% para a educação e 12,14% para a saúde.

Disponibilidade de caixa. Esse item é muito importante. No final do ano e no final do mandato – final do mandato do Prefeito e do Governador –, se comprovar, o ente público pode finalizar o ano e o mandato tendo dívidas com os fornecedores, desde



que comprove que tem recursos em caixa no valor suficiente para cobrir essas dívidas. O Estado comprovou no final de 2012: tinha 4 bilhões e 900 em caixa; 2 bilhões e 900 de passivo; e mais os restos a pagar, dívidas que iam se confirmar no início do ano. Então, dos 4 bilhões e 900, tinha uma sobra de caixa de 1 bilhão e 600.

Essa é a notícia boa, Deputado Gilmar; a notícia não tão boa é que todo esse recurso não está disponível de forma discricionária para aplicar em qualquer despesa com finalidade pública. É o que a gente demonstra no quadro a seguir.

Então, de 1 bilhão e 600 que tinha do caixa, 246 milhões são recursos vinculados ao Judiciário; 169 milhões, ao Legislativo; e 67 milhões, ao Ministério Público. E do recurso do Executivo, 254 milhões são recursos do Instituto de Previdência para fazer frente ao pagamento de inativos e pensionistas. O Estado está numa situação um pouco complicada em relação ao déficit previdenciário, que aumenta, e os aportes do Tesouro estão cada vez maiores. Mais os valores vinculados à educação, por exemplo, recursos do Fundeb, 125 milhões; vinculados à segurança pública, 39 milhões – os recursos das taxas de segurança pública; vinculados à saúde, 89 milhões – valores fundo a fundo da saúde, por exemplo; recursos da Cide, 4 milhões; e 675 milhões de outras fontes vinculadas – por exemplo, os empréstimos, as operações de crédito e recurso de convênio. Portanto, de todo aquele 1 bilhão e 668 que tem no caixa, para o gestor poder agir de forma discricionária a fim de aplicar em qualquer despesa que tem finalidade pública é apenas 75 milhões, o que dá um pouco mais do que 4% do valor.

Em relação ao gasto com pessoal. O Estado fechou o ano de 2012 abaixo dos limites; estava até abaixo do limite prudencial, 46.46%. Em relação à dívida consolidada, às garantias e às operações de crédito, também cumpria com tranquilidade; cumpriu com tranquilidade os limites, bem abaixo.

Enfim, em relação à LRF, como eu já tinha falado no início, está com as finanças em equilíbrio. No final de 2012 estava cumprindo o pessoal e a dívida pública, e comprovou a aplicação em saúde e em educação.

Para fechar, vou falar rapidamente do Portal da Transparência do Executivo, da transparência que é fortalecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela tem duas linhas: a transparência da gestão fiscal é o que estamos apresentando aqui, os relatórios técnicos, a questão de endividamento de folha; e a transparência também para o cidadão, que é o governo demonstrar toda a sua arrecadação e todos os pagamentos realizados de forma que o cidadão possa acompanhar diariamente as informações.

O Portal da Transparência do Executivo é mantido pela Secretaria da Fazenda, pela Diretoria de Contabilidade. No mês de maio de 2013 completou um ano, e ali temos as informações da área de receita pública e gasto público, que são informações realizadas diariamente, não é, Secretário Gavazzoni? [*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt*] Formação de receita e de gasto, tudo o que é realizado hoje, no final do dia está lá, atualizado, para o cidadão poder acompanhar.

A gente tem a área de análise gráfica, para poder fazer comparativos por área de governo, por tipo de gasto, por Secretaria, por fonte de recursos; e a área de gestão fiscal, que são os relatórios mais técnicos. Esse é o Portal do Poder Executivo. Então, um exemplo do gasto público. A gente pode ir ao “pagamento por credor”, digitar o nome do credor e listar todos os pagamentos que foram realizados, os maiores fornecedores – o próprio *site* já faz o *ranking* dos maiores, do maior até o menor –, convênio, subvenção, diárias, remuneração paga aos servidores públicos do Executivo, detalhada por servidor, valor que foi pago para cada servidor público. Em relação à área de gestão fiscal: os relatórios de dívida pública, os relatórios da Lei de Responsabilidade



Fiscal, a própria apresentação da audiência pública, os relatórios técnicos, o Balanço Geral do Estado e as informações da área de Planejamento e Orçamento.

Os indicadores da gestão, que eu tinha falado. É um trabalho que a gente vem fazendo com atualização mensal para ter uma visão geral das finanças do governo, comparando sempre os últimos quatro anos. Portanto a gente tem um panorama da receita total, da receita tributária, do ICMS, dos repasses federais, do custeio, do investimento, do déficit previdenciário, da aplicação em saúde e em educação...

Então, só a título de exemplo, a visualização gráfica. Aqui (*aponta para o slide*) a questão do ICMS, a arrecadação nos últimos quatro anos; nas colunas, o que está em azul é o que fica no caixa do Tesouro, em vermelho é o pedacinho do ICMS que vai para os Municípios, e em laranja é o pedaço do ICMS que compõe o Fundeb.

Aqui (*mudança de slide*) o gráfico do comportamento do gasto com pessoal de acordo com a LRF, mês a mês, nos últimos quatro anos. A gente vê a trajetória de crescimento do gasto com pessoal no gráfico de cima; e a aplicação em saúde e em educação, que a gente verifica aqui (*refere-se ao gráfico embaixo*), quando chega mais próximo do final do ano o Estado consegue comprovar o cumprimento.

Seria isso, Deputado. Fico à disposição para eventuais esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Eu devolvo a palavra ao Secretário Antônio Gavazzoni, para poder complementar com algumas informações que V.Exa. achar importantes e necessárias.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Obrigado, Deputado.

Queria cumprimentar o Adriano. Como eu disse no início, a Secretaria da Fazenda tem uma qualidade adicional, ou melhor, pelo menos um perfil bastante interessante com relação à qualidade dos seus servidores. O conjunto de servidores da Secretaria da Fazenda promove o cumprimento de metas de forma bastante qualificada e isso ajuda muito o desempenho e o controle das contas públicas.

Eu queria fazer alguns destaques, e depois ficar à disposição para perguntas. O primeiro ponto bastante importante é a independência econômica do Estado de Santa Catarina. De regra, os Estados do Sul e os Estados do Sudeste são Estados com perfil industrial, eles são geradores de ICM (*sic*). Vocês viram na apresentação que 93,4% da arrecadação de Santa Catarina é própria. Então, nós não dependemos de repasse, nós não competimos com Estados da Federação, que são a maioria, que dependem de transferências da União. E esse fato ficou bastante evidenciado em março deste ano, quando voltou à baila a discussão da unificação das alíquotas de ICMS entre Estados – e essa matéria está suspensa neste momento, mas ela volta para a pauta, ela é pauta permanente no Congresso Nacional, e a classe política de Santa Catarina precisa ter muita atenção. Muita atenção.

A unificação, que já aconteceu em decorrência da Resolução 13 para produtos importados por outros Estados e que ficaram com alíquota única de 4% no Brasil, trouxe a um Estado como o nosso perdas bastante significativas. Fruto delas, fruto dessas perdas é a relação institucional do governo de Santa Catarina com o governo federal, que resultou em algumas compensações através de financiamentos. No entanto, a unificação das alíquotas entre Estados de produtos brasileiros trará perda de arrecadação para Santa Catarina de algo superior a R\$ 2 bilhões por ano. Algo absolutamente inadministrável por qualquer governo. E esse é um ponto que deve nos unir, a todos. Qualquer assunto tributário que mexa em ICMS, que basicamente forma toda a nossa arrecadação própria, é muito complexo para Estados produtores como o nosso.





Ao mesmo tempo em que esse é um ponto de destaque importante, outro ponto é a dívida consolidada líquida, e está aqui o diretor Wanderlei, que faz um trabalho muito competente também. A dívida consolidada líquida é a menor dos últimos quinze anos. Como o Adriano mostrou há pouco, chegou a 40,20%. É a menor dos últimos quinze anos. Isso é muito bom. Isso mostra, de novo, que ao longo dos anos a gestão fiscal do Estado foi sendo conduzida de modo a não depender também de empréstimos.

O nosso espaço de captura de empréstimos cresceu muito ao longo dos últimos anos, o que permitiu também, dentro das regras do Tesouro Nacional, ampliar o endividamento do Estado através das capturas de financiamento feitas nos últimos anos. O que, de modo bastante equilibrado, tem sido feito, e é bom para o desenvolvimento do Estado em momentos que a arrecadação nacional ou que a economia nacional não apresenta seus melhores números. É fato que nos últimos anos a economia, não só a brasileira, mas a mundial... E aí, óbvio que esse é um efeito absolutamente compreensível de todos nós... Isso chega às nossas cidades, chega ao nosso Estado. Quando um país do mundo entra em crise, um país que consome produtos catarinenses ou produtos brasileiros, ele enfraquece a nossa economia. E esse é um ciclo de dependência com que nós temos que conviver.

Então, em momentos em que a economia não reage como deve, nós precisamos ter capacidade de endividamento. Para quê? Para substituir a baixa arrecadação e ampliar o investimento público, já que a economia se aquece facilmente com investimento, sobretudo o público, que puxa também o investimento privado.

Essa realidade catarinense, de certo modo confortável, não é vivida por outros Estados da Federação, como vocês viram na apresentação do Adriano. Temos o nosso Estado vizinho, e o Governador Tarso Genro esteve aqui há duas semanas com o Governador Raimundo Colombo em uma reunião do Codesul. Mas o que foi dito, o que foi mostrado? Que o Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, vive um momento bastante complicado porque a sua dívida é a maior do País em face à receita corrente líquida. Então, lá ele tem uma dificuldade gerencial maior do que a nossa para enfrentar momentos como esse. [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato*]

Eu voltei à Fazenda em janeiro deste ano, mas vocês sabem bem que o ano anterior foi bastante difícil, e um dos destaques que influenciou muito no caixa deste ano foi a renegociação das dívidas. Quando o governo de Santa Catarina vai buscar recursos, que seja de financiamento, e ao invés de direcionar esses recursos para programas exclusivos do seu governo quita dívidas do passado e reestrutura o perfil das dívidas, isso traz conforto de caixa não só para o seu governo mas para os próximos governos. Fruto dessas reestruturações feitas no ano passado, nós temos já neste momento R\$ 51 milhões de economia/mês, e com o pagamento daquela operação antiga BNDES/Celesc de 2001, 2002, vamos acrescentar mais R\$ 13 milhões, somando algo em torno de R\$ 65 milhões/mês, que você deixa de aplicar no serviço da dívida e acaba podendo ter esse recurso disponível. Não precisa fazer muita conta, dá mais R\$ 700 milhões por ano, o que ajuda muito o caixa. Setecentos milhões de reais disponíveis no Tesouro de Santa Catarina deveriam equivaler a algo em torno de R\$ 3,5 bilhões de arrecadação a mais, para ter esse recurso disponível no Tesouro do Estado, o que é uma obra. Esse é um trabalho muito bem feito que tem que ser destacado.

O que muito me preocupa desde janeiro, que foi fruto de uma decisão não popular, de algum modo muito criticada, mas absolutamente necessária, e não tem outra forma de ser feita, é a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação aos limites da folha. Em janeiro deste ano o governo decidiu não repassar a inflação aos servidores públicos, à folha de pagamento, por quê? No ano passado foram repassados 8%, acima



da inflação; nos últimos anos houve várias concessões salariais que vieram trazendo um efeito na folha de pagamento. Vejam, nos últimos dez anos nós nunca, e este é um ponto bastante importante, nunca ultrapassamos o limite prudencial, e neste momento já estamos acima do limite de alerta.

Em janeiro fiz uma coletiva na Fazenda, anunciei a medida dura e disse que não era uma medida contra o servidor público, era a favor, porque a sociedade de Santa Catarina, que são 6 milhões e 200 mil habitantes, dependia dos recursos do Estado para os serviços públicos que lhes eram prestados. Nós temos 130 mil servidores públicos, que nos custam neste momento 47% da Receita Corrente Líquida. É o maior comprometimento de folha que já se atingiu. Ou seja, não é uma questão de tensão entre partes, mas uma questão de compreensão, de envolvimento de todos nós. Sabedores disso, nós temos que saber gerenciar a folha.

Então, qualquer concessão tem que ser feita no tempo, negociada no tempo, de modo que as metas de arrecadação possam ser atingidas para diminuir a importância da folha, trazendo-a para os patamares administráveis, que são, no meu juízo pessoal, algo em torno de 40%, 41%, no máximo. Quando você faz uma concessão a uma determinada carreira, em função de uma regra federal ou de uma negociação feita localmente, você eleva o pico a 44%, 45%, mas logo na sequência permite que a arrecadação se desempenhe para que o percentual reduza a um nível administrável. O risco de deixar subir esse percentual é a insolvência.

Neste momento, há risco de não pagar a folha? Não, está tudo garantido, já pagamos 50% do 13º em julho, estamos com os provisionamentos em dia. No entanto, se deixar explodir, se o governo ceder a movimentos... E essa é uma questão muito delicada que todos nós compreendemos, que todos os senhores Deputados que aqui se encontram compreendem, é uma relação muito tensa mas necessária de ser enfrentada de forma franca – e eu gosto de fazer esse enfrentamento, de fazer esse diálogo com os sindicatos de forma franca, porque nós estamos falando a mesma coisa, já que todos têm o mesmo interesse, ou seja, a solvência do Estado, a sua capacidade de pagamento.

Para poder enfrentar essa situação de arrecadação menor nos últimos anos, em janeiro deste ano foi criada a Supermeta, Deputado Knaesel – acho que vocês dominam bem essa informação. O que é a Supermeta? O Orçamento que foi aprovado por esta Casa no ano passado contemplava um crescimento de arrecadação de 7,5%, mas em função das quedas, da redução da atividade econômica brasileira, portanto, da redução da capacidade disponível de FPE e FPM, e mesmo da anulação da Cide, e mesmo dos efeitos da Resolução 13, e mesmo da redução boa para o Brasil do preço da energia, mas que, no caso do ICMS, é uma fonte importante de arrecadação, houve uma frustração de arrecadação bastante grande ao longo do período. Então foi criada a Supermeta. E de novo eu destaco o serviço público da Fazenda, a qualidade dos servidores públicos, que de forma bastante inteligente e científica conseguiu construir mecanismos de atingimento da meta proposta.

É claro que a média do ano não vai ser 16%. Nós tivemos o mês de março, por exemplo, com crescimento zero, o que contamina qualquer número; nós tivemos o mês de abril com crescimento de 4%; nós tivemos vários meses com um desempenho nominalmente menor do que o ano passado, em termos reais, inclusive. E os últimos meses, como têm se comportado? É bem interessante a curva de arrecadação no Estado. Ela não está muito harmônica, mas a meta tem sido batida, e isso me agrada muito, mostrando que o acordo de resultado que foi implantado em 2009, com o apoio unânime desta Casa, deu resultado, deu certo. A meta foi posta e no mês passado, se nós tirarmos os efeitos do Revigorar no mesmo mês do ano anterior, que é uma arrecadação



extraordinária, a meta foi batida a 16%. Se nós pegarmos os outros meses anteriores, a meta foi sendo atingida, e vou destacar os últimos quatro meses: 15%, 10%, 14%, 16%. Então a Supermeta está sendo perseguida e ela facilita muito o fechamento de caixa ao longo do ano, e aí destaco o trabalho da Fazenda.

Com relação a aplicações, o controle do gasto está sendo bem feito. Tem um trabalho de gestão estratégico sendo conduzido pela Secretaria da Administração e isso está ajudando muito no controle da despesa pública, e eu vou destacar saúde e educação, que de regra são os itens mais sensíveis.

Vocês puderam apreciar na semana passada um trabalho de envolvimento de todas as estruturas do Estado, com todas as entidades relacionadas à área de saúde pública em Santa Catarina. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira*] E eu quero destacar aqui a participação da Assembleia Legislativa, Deputado Gilmar, através do Deputado Volnei Morastoni, dos Deputados que compõem a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, e dos assessores e técnicos desta Comissão que participaram de várias reuniões conosco e que contribuíram muito na formatação do plano que foi lançado na semana passada. O Plano da Saúde da semana passada não é um plano milagroso que vai resolver todos os problemas, mas é uma tentativa muito bem estruturada e bem intencionada de envolvimento de todos os interessados em saúde pública, com diagnósticos bastante qualificados e profundos, de modo que aquilo que é proposto como saída não se resolve por lei, por medidas provisórias, mas sim por envolvimento. Mais recursos são postos todos os anos nessas áreas; mais pessoal é contratado e não necessariamente mais atendimentos ou produção ou desempenho nós conquistamos. É muito mais do que o desejo de um governo, é uma questão de envolvimento.

A sociedade deu o recado nas ruas não apenas para os membros do Executivo, para os políticos, ou para quem quer que seja; as ruas deram o recado para toda a sociedade, para a imprensa, para as casas políticas, e o recado foi também para o servidor público. Vamos fazer melhor o nosso trabalho, desempenhá-lo melhor; nós somos remunerados para dar a nossa contrapartida dentro de um espaço de qualidade bastante significativo. Então, toda a estrutura pública deve estar engajada na melhoria dos serviços públicos em favor da sociedade sob pena de todos serem cobrados na hora certa.

Nós temos ainda alguns gargalos a enfrentar com relação, por exemplo, à educação. Nós temos um novo salário mínimo sendo definido no final do ano ou em janeiro. Neste ano, houve condições de fazer uma negociação vantajosa em que uma concessão financeira foi feita, e no ano que vem devemos continuar nesse ritmo. Não tem como ser diferente. No entanto, toda a estrutura do serviço público está, na parte de folha de pagamento, razoavelmente gerenciada, com um conflito aqui outro ali, uma tensão maior ou menor, mas razoavelmente gerenciada, o que deve evitar qualquer surpresa nos próximos meses ou próximos anos com relação à contaminação dos limites da folha.

Um ponto para o qual eu quero pedir atenção desta Assembleia... eu voltei à Fazenda este ano e toda vez eu encontro lá um problema que não me agrada. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito rígida com os gestores, sobretudo quando se trata da gestão das taxas. Todo ano, ou a cada dois anos, três anos, a gente manda para cá uma legislação para atualização monetária das taxas. E, aí, fica aquela discussão que é ruim para todo mundo, para quem vota, para quem é Oposição, para quem é governo, mas sobretudo para a sociedade que de vez em quando vê uma taxa subir 50% porque ficou quatro anos, cinco anos desatualizada. O que é regular na área pública? O regular é a



reposição da variação monetária anualizada para que não haja picos, não haja explosão de tempos em tempos. Então, um dos pontos que esta Casa precisa discutir é um mecanismo de atualização anual das taxas do Estado. Isso interfere na qualidade do serviço público e do governo. O governo se vira de um modo ou de outro, mas vejam as taxas de segurança pública, uma área tão cobrada. A sociedade é tão ansiosa por uma segurança pública competente e firme, e você fica ano após ano quebrando a programação porque não há uma regularidade com relação à atualização monetária. Quero ver se a gente consegue clima para discutir esse assunto aqui, porque é um assunto que vai interessar não para este, mas para os governos que se seguem em Santa Catarina e para a sociedade.

Quero deixar uma sugestão de debate, se for possível e se os Deputados quiserem, obviamente que respeitados os períodos adequados para isso; é um ponto de alerta para todos nós: o governo vem fazendo estudos – eu mesmo tive oportunidade, juntamente com vocês, em 2007, 2008 de cuidar deste assunto – sobre a questão previdenciária de Santa Catarina. A questão previdenciária interessa aos seus servidores públicos, mas não apenas a eles, interessa a toda a sociedade catarinense. Vou destacar os números: em 2012, 43 mil servidores públicos aposentados ou na reserva retiveram um custo anual de R\$ 2,8 bilhões. O sistema arrecadou R\$ 1 bilhão, ou seja, R\$ 1,8 bilhão foi a chamada insuficiência financeira que o Tesouro tira do caixa geral e coloca no sistema. Esse é um ponto bastante importante. Se a gente pegar os números até o mês de junho, o sistema arrecadou R\$ 637 milhões e o Tesouro já colocou R\$ 1,091 bilhão. O que isso mostra? Mostra um sistema absolutamente insustentável no tempo. Cada vez mais o Tesouro aportando mais recursos para o sistema previdenciário, o que mostra para os próximos anos uma situação bastante dramática, seja para o servidor público, seja para o governo que lá estiver. Quando houve o corte desse sistema aqui? Em 2008, quando esta Casa aprovou o Iprev – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina. A partir de lá, nós temos todo novo servidor público sendo filiado ao novo regime e com a sua contribuição e a contribuição do Estado sendo guardada nas aplicações, conforme as resoluções federais. Isso já nos dá um saldo positivo naquele sistema, e foi destacado na apresentação do Adriano. No entanto, o outro fundo que engloba todos os servidores até aquela data acaba sendo um caso a ser discutido com bastante cuidado nos próximos anos, porque o sistema tende a ser insustentável, sobretudo se houver crise econômica no Brasil ou mesmo em nosso Estado. Então, esse é um ponto que fica para um momento oportuno de discussão. Eu tenho provocado os sindicatos dos serviços públicos, todos eles... Nós não temos aqui uma proposta; nós precisamos abrir esses números e discutir de forma absolutamente serena qual é o melhor mecanismo de garantia dos direitos que estão postos e de sustentabilidade financeira e construir isso juntos, num grande envolvimento que só fará bem para o Estado e para os seus servidores.

Eu fico à disposição para as perguntas, se houver.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Obrigado, Secretário, pelas informações dadas a todos nós, Deputados e Deputadas.

Quero registrar a presença da Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt e do Deputado Estadual José Milton Scheffer, que mesmo não sendo membros desta Comissão estão aqui participando desta reunião. *[Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini]*

Para dar sequência à reunião, quero abrir primeiramente para perguntas, não para comentários. Faz-se inicialmente uma rodada de perguntas, e o Secretário pode anotá-



las e respondê-las em bloco, porque senão vamos fazer um pingue-pongue aqui. Acho que dessa forma vai permitir mais agilidade.

Então, passo a palavra ao Deputado Hinnig a fim de que S.Exa. faça perguntas sobre alguns pontos, alguns percentuais, alguma dúvida, para depois sim fazer um comentário geral.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG** – Mas fazer pergunta sem comentar nada é complicado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – É possível.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG** – (*Risos.*) Quero cumprimentar o senhor Presidente e os demais Deputados membros da Comissão, o Secretário Gavazzoni e toda a equipe competente da Fazenda, da qual me orgulha muito fazer parte. Quero parabenizar pelo seu desempenho e pelos cuidados que tem tomado de forma competente no trabalho de redução do custeio, que é o trabalho que efetivamente faz com que haja recursos líquidos no caixa do Tesouro; de outro lado, também pelo trabalho na busca do incremento de arrecadação, e aí é uma questão complexa, pois aumenta a arrecadação mais não aumenta o valor disponível no caixa, já que tem as vinculações com a receita.

E a minha pergunta é: qual o cenário futuro que nós temos em relação a esta questão? Diminuição de custeio, incremento de arrecadação?

Em relação ao que você, ao que o Secretário falou sobre as compensações vindas do governo federal, em relação às perdas de arrecadação do estabelecimento e à equalização tributária na questão da importação, eu não diria que seria uma compensação, porque financiamento não é compensação, é uma concessão que se faz, mas tem que ter o reembolso. Então é propriamente uma compensação. Até porque Santa Catarina, pelos índices demonstrados aqui, está abaixo do limite, podendo contrair empréstimos.

Santa Catarina contratou vários empréstimos agora, nos últimos meses, e provavelmente ainda não está contemplado na demonstração do primeiro quadrimestre. A minha pergunta é: como está a situação hoje? E ainda há folga para a contratação de novos empréstimos?

Em relação ao déficit previdenciário, pertinente às suas colocações, é preocupante, mas me parece que com o estabelecimento da nova regra, a partir de 2008, a tendência é de, no futuro, vir diminuindo o comprometimento do Estado em relação a esse déficit que está acontecendo. Claro que isso ainda vai demorar um tempo. Quero saber em quanto tempo a gente vai entrar na curva descendente, se já existe uma estimativa para isso.

Por último, eu gostaria de fazer uma proposta para a Comissão, e ver com o Secretário Gavazzoni a possibilidade de nós termos, num outro dia, uma apresentação exclusiva, uma demonstração analítica dos recursos aplicados na área da educação, já que foram aplicados R\$ 1,17 bilhão no primeiro quadrimestre, o que dá cerca de R\$ 300 milhões/mês, e nós estamos com vários problemas na estrutura, principalmente das escolas, com dificuldades de reforma e manutenção desses equipamentos escolares em condições adequadas de uso. A minha posição é no sentido de termos uma exposição analítica dos gastos com educação, ou do investimento na área da educação, para podermos fazer uma avaliação da qualidade dos gastos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Por ordem de chegada, a palavra seria concedida ao Deputado Neodi Saretta, mas neste momento ele se ausentou; e o Deputado Ismael estava aqui no início da audiência, mas já chegou o titular da Comissão, o Deputado Maurício Eskudlark, a quem eu passo a palavra.



*(O Secretário Antônio Marcos Gavazzoni manifesta interesse em responder o questionamento do Deputado Estadual Renato Hinnig fora do microfone.)*

Aliás, Deputado Maurício, o Secretário Gavazzoni solicita a palavra, pois já gostaria de responder aos primeiros questionamentos, para não ficar um acúmulo de respostas. Então eu devolvo a palavra ao Secretário.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Assim eu acho que fica melhor para os Deputados também poderem... Deputado Renato, a União, o governo federal tem sido parceiro do governo do Estado e tem dado os avais que nós precisamos. Nós temos capacidade de endividamento, mas dependemos do aval federal, e do governo federal parceiro do governo do Estado. Isso é fato notório reconhecido pelo Governador e por todos nós.

Nós temos capacidade para novos empréstimos, só que existe limite de contratação por ano. Nós estamos cuidando do governo Raimundo Colombo, da capacidade de endividamento Raimundo Colombo. Isso significa dizer que nós não estamos comprometendo a capacidade de endividamento dos próximos anos, porque a tendência – nós temos aqui o nosso diretor da dívida – do ajuste fiscal é bastante interessante. Ele vai se comportando, ano após ano, conforme as informações que agregamos àquele ajuste. Por exemplo, a arrecadação, na meta que está sendo desenhada para este ano, abre grandes espaços para os próximos anos. Como foi visto na apresentação há pouco, nós estamos no menor nível de índice de endividamento dos últimos anos. Então deve crescer o nosso endividamento, mas mesmo assim para os próximos anos ele fica a critério dos governos que virão, pois ficarão disponíveis para novas operações.

O pico da Previdência, Deputado, dar-se-á em 2032; até lá a Previdência vai crescer. Quando chegar ao pico, não significa que ela começará a descer naquele ano; pelo contrário, ela ficará até 2076, aproximadamente, em nível muito elevado de despesa. O atual sistema da Previdência dos servidores públicos, o de até 2008, deve se encerrar em 2112. Para vocês terem uma noção, as tábuas de prognósticos e toda a estrutura de informação já estão disponíveis dentro do Iprev. Foi um estudo muito bem feito há época, e é atualizado todos os anos.

Eu tenho uma opinião a respeito: acho que servidores do Estado devem ampliar a participação no financiamento do atual fundo. Hoje nós temos o serviço público, o servidor público, custeando algo em torno de 11%; no futuro, de forma discutida, de forma transparente e absolutamente aberta, num tom construtivo, talvez nós devamos ampliar a participação de lado a lado. Para quê? Para manter estável o sistema da Previdência. Ninguém quer frustrar o pagamento; aqui temos vários servidores públicos que são Deputados e sabem que o que se conquista ao longo de uma vida é para ser usado pelo Estado ao longo do período da sua fruição. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]* O meio de equilibrar isso é negociando sempre, conversando e encontrando o ponto de equilíbrio. Isso talvez não seja um debate para este ano, para o próximo ano, mas é um debate para os próximos anos que terá que ser feito.

Com relação a recursos da Educação... eu gosto de dizer outra coisa, Deputado Renato, o serviço público não é só as obras e os investimentos, que fazem toda a diferença; o serviço público é o corpo humano, é o corpo social do nosso funcionalismo. E a folha de pagamento, neste momento, está em 47%, o que significa dizer que hoje o investimento é alto em favor do servidor, sobre tudo na educação, que ano após ano vem ganhando, por força do Piso Nacional, uma nova condição, e à medida que cresce o piso você achata uma carreira que está posta há vários anos, ou foi construída há vários



anos, como vocês conhecem bem a história. Então, à medida que você cresce o piso é preciso descompactar a tabela em cima. Este ano foi possível um avanço, e nós devemos continuar avançando nos próximos anos; só se amplia o investimento dos recursos da Educação, em folha de pagamento, em pessoal. Portanto, diminui a capacidade de investimentos em obras, em reformas, e causa um problema. Mas esse é um fato. O Pacto trouxe recursos adicionais para as escolas, para reformas, para construções de novas escolas, e, se o Pacto tiver êxito no prazo, se a Secretaria conseguir, e está conseguindo, deslançar o seu plano de investimento, nós deveremos conseguir melhorar muito a disposição física nos próximos anos.

Acho que depois é possível, pelo Portal de Transparência do Pacto, pegar as informações, mas não vou errar se eu disser que está programada, de mil escolas, a reforma (não de novas) de 500 escolas, nos próximos dois anos; de cada duas, uma, ou seja. É recurso disponível dentro do Pacto que tem que ser bem gerenciado para os problemas de estrutura não intervirem na qualidade do serviço que é desejado pela sociedade.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Com a palavra o senhor Deputado Maurício Eskudlark.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MAURÍCIO ESKUDLARK** – Senhor Presidente; senhores Deputados; Secretário Gavazzoni e toda a equipe da Fazenda, parablenzo-os pelo trabalho responsável, pelo trabalho transparente que têm feito.

Foi falado dos recursos do governo federal. Como bem disse o Deputado Renato Hinnig, é empréstimo; o recurso que está vindo é empréstimo. Falam muito que vem 1 bilhão, que vem não sei o quê, “vamos investir nisso”. Então, a população como um todo acompanha isso. Esses recursos estão dentro do prazo previsto? Têm vindo? Está dentro do aprazado?

Sobre a questão de reforma de escola, nós vemos um Município que recebe mais ou menos 20 milhões para obras importantes, principalmente em rodovias e na área da saúde, mas o que o cidadão vê (eu vou falar das escolas, que o Deputado Renato Hinnig citou), o pai que vai buscar o aluno no colégio todo o dia? Ele vê a telha quebrada lá. Então o Estado investe milhões num Município, e por causa, muitas vezes, de 50 mil de reforma, de manutenção de uma escola, a comunidade inteira acaba não vendo aqueles 20 milhões, mas acaba vendo um problema ali, que às vezes, não sei se é devido à gestão local que as pessoas não... quem administra mais próximo não adota as providências necessárias, e a sociedade como um todo, apesar do empenho governamental, acaba não vendo esse resultado.

Então, se os repasses estão dentro do período aprazado e se há esses recursos para a administração em geral, existe muita dificuldade ou é mais questão de gerenciamento?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Obrigado, Deputado.

Na questão dos repasses, o gestor público, mesmo a sociedade, todos nós ficamos bastante ansiosos por enxergar dinheiro no caixa; quando se faz um financiamento, você quer enxergar o dinheiro disponível para aplicação. Mas quem gerencia a obra não precisa necessariamente do dinheiro disponível no seu caixa, precisa de planejamento, porque toda obra pública precede de uma burocracia bastante complexa; são os projetos que precisam ser feitos, são as licitações que precisam ser realizadas. Depois vem o início das obras, com toda a sua complexidade, porque são licenças das mais variadas e que precisam ser conquistadas, são licenças de vários órgãos. Uma obra pública no Brasil, e este é um dado infeliz do nosso País, entre o seu



início e o seu fim leva em média oito anos; essa é a média brasileira, e isso é dramático para qualquer governo, seja federal, estadual ou municipal. Vejam, é oito anos entre iniciar uma ideia de planejamento e entregar à sociedade, isso se correr tudo bem! Então é muito complexo gerenciar investimento público no Brasil. Esta é a luta permanente de quebrar a burocracia, de reduzir complexidades. E por que o Pacto foi idealizado? Porque ao tempo que se conseguiu os recursos para isso, ao mesmo tempo precisa-se vencer toda essa complexidade. Esse conjunto integrado de Secretarias tentando facilitar a aplicação de recurso público é porque, se deixarmos na regra, nós vamos ficar oito anos esperando as coisas acontecerem, ou mais, de repente.

No entanto, nós não precisamos, eu repito, de recursos no caixa, nós precisamos de recursos garantidos para fazer as licitações e receber à medida das medições. Nesse aspecto, com as dificuldades absolutamente ordinárias de um processo complexo como esse, eu entendo que BNDS Banco do Brasil, governo federal, governo do Estado, têm conseguido se entender. Às vezes dá um atraso no repasse, no recurso, porque uma medição foi questionada pelo BNDS, mas é absolutamente natural (*sic*).

O BNDS, por exemplo, que nos fornece a primeira grande *tranche* de recursos, também tem uma estrutura reduzida para atender os Estados do Sul. Está aqui o Wanderlei, que viaja semanalmente, ou mensalmente, ao BNDS, e uma das respostas que ele recebeu há algum tempo foi assim: nós só temos dois engenheiros para cuidar do Sul do Brasil, e no caso de Santa Catarina, como vocês têm um programa muito ousado, vocês estão atrapalhando a nossa vida. Na verdade, foi mais ou menos isso. E aí veio as negociações do governo do Estado com a própria presidência do Banco, para facilitar um pouco, para reforçar as equipes. Então, é mais ou menos assim, a relação é boa, e eu entendo que ela está sendo regular (*sic*). [*Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa*]

Com relação à autonomia das escolas, Deputada, isso vale, por exemplo, para a saúde. Eu acho que nós acabamos conhecendo melhor como funciona o dia a dia de um órgão público complexo, seja uma escola ou um hospital. Você tem todo um planejamento feito pela Secretaria e no conjunto da estrutura pública, e às vezes esse grande planejamento, seja por complexo que é, seja por demora que é, acaba interferindo em decisões pequenas do dia a dia.

Eu vou pegar um hospital para exemplificar, e digo que me causou muita surpresa você não ter num hospital um contrato, por exemplo, de manutenção permanente. Quando dizemos que surgiu uma goteira numa sala de ala cirúrgica, isso não é responsabilidade do governador ou do Deputado ou do Secretário. A goteira não surge de hoje para amanhã, a goteira surge ao longo do ano, é a infiltração, quer dizer, nós temos que ter capricho também! E, ao mesmo tempo de ter capricho, nós temos que ter instrumentos para gerir, para fazer manutenções permanentes. O que é manutenção permanente? Quebrou um vidro, troca o vidro. Se deixar o vidro lá sem ser trocado, a sala de aula não vai ser usada, o espaço de saúde não vai ser utilizado e assim vai. Quando você vê está com o andar todo depreciado.

Há um projeto na Educação que me agrada bastante, o qual o Governador tem incentivado muito, que é ampliar a autonomia das direções escolares em conjunto com as APPs; ampliar a capacidade de recurso disponível, através de um cartão de gerenciamento local, para esse tipo de questões. Questões menores, mas que se tornam um grande problema para a unidade que está prestando um serviço público. Então, seja na saúde, seja na educação; acho que na saúde já é um pouquinho mais avançado neste momento; na educação, em construção. Nós devemos ter resposta para isso em breve, e





deve melhorar muito a gestão local do dia a dia, o que vai facilitar a solução desse tipo de problema.

Deputado, eu quero destacar só mais um ponto – eu tenho conversado muito com os Prefeitos, e acho que todos os Deputados aqui fazem isso: em tempos em que o Fundo de Participação é reduzido ou pelo menos tem sido nominalmente menor neste ano do que no ano passado, fruto da atividade econômica mais enxuta, o que tem dado um pouco mais de qualidade ou pelo menos de condições para a manutenção da regularidade dos Municípios, com todas as suas dificuldades, é o ICMS do Estado. O ICMS vem crescendo e dando... 25% do que se arrecada é transferido diretamente para os Municípios; isso já compensa um pouco a situação deles.

Outra medida que eu quero destacar aqui, e por isto cumprimento esta Casa, a Assembleia Legislativa, foi a aprovação do Fundo de Apoio aos Municípios (Fundam). É meio bilhão nas mãos dos Prefeitos, e isso fala por si só. Uma Prefeitura que arrecada R\$ 700 mil, R\$ 1 milhão, e ter disponível R\$ 700 mil, R\$ 1 milhão pelo Fundam para a sua gestão direta, salva dois anos, três anos não só do mandato, mas melhora muito a capacidade de gestão local. A gente tende a diminuir certas iniciativas. O Fundam é uma belíssima iniciativa conjunta do governo do Estado, da Assembleia Legislativa, do governo federal. Todo mundo fazendo a sua parte de modo a colocar, repito, meio bi nas mãos dos Prefeitos num curto prazo. Isso é uma coisa boa. Quando a gente consegue trabalhar junto quem ganha é a sociedade.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Pela ordem de chegada, Deputado Dirceu Dresch, V.Exa. gostaria de fazer algum tipo de pergunta?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** – Está no período de perguntas?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Sim.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** – Eu só quero falar a respeito da questão das letras. Parece que o cerco estará apertando aí para frente. Eu quero ouvir a sua opinião sobre isso.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – São dois assuntos que normalmente são chamados à discussão: letras e debêntures Invest. As letras, a orientação do governo é continuar discutindo em juízo. O governador Raimundo Colombo não tem demonstrado nenhum interesse em acordo judicial nessa matéria, Deputado Dresch, e recomendou à PGE – Procuradoria-Geral do Estado – que reforçasse a sua equipe de Procuradores para cuidar do assunto. Debênture Invest ainda está em 1º Grau e a discussão é a mesma; é discutir judicialmente as cláusulas contratuais de um momento da economia brasileira, que é diferente do momento de hoje. A economia de quinze anos atrás é completamente diferente da de hoje, o momento econômico brasileiro é completamente diferente; as cláusulas de contratos daquela época não são aceitáveis nos dias de hoje. Então para isso tem a Justiça. Tem várias teses jurídicas que podem ser aceitas, que estão sendo debatidas e que devem manter esse assunto em pauta no Judiciário.

O problema maior que a gente enfrenta neste momento são aquelas ações que chegam ao final e que são elevadas a precatórios. Aí entram na fila de precatórios, mas ampliam o valor de estoque dos precatórios. Nós tínhamos algo em torno de R\$ 500 milhões, e ele vem crescendo com a entrada de cada um desses grandes precatórios que são determinados pela Justiça. Mas inclusive sobre eles a PGE tem medidas judiciais para continuar mantendo os questionamentos. Um dia nós vamos ter que sentar para discutir isto, a forma mais adequada de resolver, após a Justiça se manifestar sobre todos os casos, mas não é hoje, não é agora. Por quê? Porque neste momento esse tipo



de discussão coloca o Estado numa situação menor na mesa de negociação, e isso não é bom. Esse é o posicionamento do governo.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Mais algum tópico, Deputado Dresch? (*Pausa.*)

Com a palavra a Deputada Luciane Carminatti.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** – Eu quero cumprimentar o Secretário Gavazzoni, também o diretor Adriano, os colegas Deputados e todos que acompanham esta reunião.

Primeiro, com relação às taxas, o Secretário mencionou a preocupação com a atualização, com o mecanismo automático de atualização das taxas anualmente. Ainda mencionou que este ano os servidores não tiveram direito à inflação. Então me parece certa contradição, ao mesmo tempo em que temos a intenção de garantir a atualização monetária das taxas, fazendo só um recorte em relação às taxas, não aos tributos como um todo, não é? Por outro lado, há essa atualização automática do salário dos servidores, em função de tudo que foi apresentado. Não vou questionar aqui os números e a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, mas isso é um desafio. Essa é a minha preocupação. Isso é um desafio! Parece-nos que o servidor fica em segundo plano, nesse sentido. [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*]

Então quero manifestar, Gavazzoni, a minha preocupação em relação a isto, porque nós sabemos que há alguns servidores, talvez poucos, com salários mais elevados, mas a grande maioria dos servidores da educação, da saúde, da segurança pública, são servidores que têm uma média salarial bastante baixa. O pessoal da cultura também está aqui. Então, sabemos que inclusive o Estado, às vezes, perde muitos bons profissionais em função de não poder competir.

É o caso da Fatma. Esses dias a gente conversava com os servidores da Fatma, que não tem como manter um servidor ganhando R\$ 2 mil por mês, enquanto na carreira no Ministério Público, vizinha, ao seu lado, é o dobro. Então, a gente vai perdendo esses bons profissionais. Portanto, eu quero aqui também fazer menção a essa preocupação com relação a um piso decente, a uma carreira decente para os servidores, de forma geral.

Em segundo lugar, a minha pergunta é com relação à Previdência. É 11% para o servidor; e quanto o Estado, hoje, contribui percentualmente em relação à Previdência?

A terceira questão é com relação às escolas. Eu fiquei surpresa com o número de quinhentas escolas porque são mil e cem escolas estaduais, e tenho acompanhado esse debate. Inclusive, nós entregamos um relatório ao Ministério Público (MP) denunciando mais de setenta escolas; só na região norte nós tínhamos dez escolas interdidas. Destas setenta que a Comissão de Educação entregou talvez vinte delas estejam sendo reformadas. Então é uma luta insistente no sentido de que as escolas sofram recuperações, reformas, como precisam.

Neste caso, eu também quero colaborar com a sua análise em relação à manutenção. O fato é que o Estado deixou de ter uma política de manutenção das estruturas físicas, e hoje nós temos escolas muito deterioradas, o que poderia ter sido evitado. Então essa política de manutenção permanente, nas palavras do Secretário da Educação, inclusive a ideia das licitações regionais, eu acho que é esse o caminho mesmo. Creio que isso é muito positivo, mas fiquei surpresa com os números porque os números que eu tinha eram bem menores. Fico feliz. Quem sabe a gente possa ter aumentado esse percentual, então isso é muito positivo.

Mas a gente também enfrenta os problemas das escolas novas. A Bom Pastor, que o senhor conhece muito bem, é uma escola maravilhosa estruturalmente; contudo,



internamente tem problemas de acústica, ultrapassando em três vezes o limite de acústica, e ela foi inaugurada recentemente, é uma escola nova, em Chapecó. Como a gente garante um processo de cuidado maior com as nossas obras, desde a execução do projeto inicial até o final?

Por último, eu e o Deputado Dirceu temos uma luta aqui há um bom tempo e já fizemos audiências com as Secretarias da Agricultura e da Fazenda para discutir um projeto de lei que reduza o ICMS dos produtos da alimentação escolar. Esse projeto vai e volta, e a última resposta que eu recebi da Secretaria da Agricultura, na pessoa do Secretário, é extremamente favorável ao projeto, mas depende da Secretaria da Fazenda autorizar. Então, estou lhe pedindo isso publicamente (*ri*), já que o Secretário coloca essa responsabilidade na sua mão; quero aqui lhe fazer o pedido de público pela importância que tem o assunto.

O Estado do Rio Grande do Sul já tem e, se não me engano, o Paraná também já tem esta legislação que reduz o ICMS dos produtos da cesta básica da alimentação escolar, que não tem um impacto tão alto na arrecadação porque são poucos produtos. E a gente poderia construir um processo gradativo, Secretário; se não é possível imediatamente, quem sabe a gente possa construir um processo gradativo, porque são agricultores, são apicultores que colocam o mel na merenda escolar, e tem ICMS de 7%. Quer dizer, contribuiria muito com a economia local. Acho que é uma iniciativa muito interessante e gostaria muito que a Secretaria da Fazenda nos ajudasse a avançar nesse processo.

São essas as minhas questões. Obrigada.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI**  
(SC) – Obrigado, Deputada Carminatti.

Quando eu falo de atualização de taxas, estou falando de 20 milhões por ano. A folha custou, no ano passado, 8 bi. Só para vocês terem... não é a taxa... a que a taxa interessa? A taxa mantém compra de equipamentos, compra de serviços; ela mantém o serviço público ativo. Quando ela não é atualizada, o caixa geral precisa suprir. Às vezes, supre com muita dificuldade; à vezes, é muito difícil. Então, são áreas delicadas, e a atualização não mata ninguém.

A atualização monetária, quando é feita ano a ano... Aliás, no meu juízo, nós não precisamos de lei para atualizar as taxas, porque o Código Tributário Nacional (eu dei aulas de Direito Tributário por muitos anos) estabelece que a atualização monetária anual não é aumento de tributo nas taxas, é recomposição do seu valor nominal. Então, a rigor, um decreto do Executivo... e diversos Municípios, por exemplo, São Paulo há vários anos faz a atualização monetária das taxas no fim do seu ano. Em 31 de dezembro, no dia do decreto, pega o índice oficial, o INPC, e repassa. Ponto.

No nosso caso, em Santa Catarina, a nossa PGE é zelosa e entende que precisa de lei todo ano. Então, um ano vai, outro ano não vai, depende a situação. Acho que esse é um debate que precisa ser superado.

Não interessa para um governo, do ponto de vista político; interessa para uma estrutura pública de segurança. Quando eu digo que este ano não foi dado inflação para o servidor público, não significa que não teve aumento salarial, porque – e isto é uma coisa muito importante – o conjunto de benefícios que está criado dentro da estrutura das carreiras públicas do Estado traz em favor dos nossos servidores, independentemente de ter uma lei que o beneficie este ano ou não, um aumento salarial garantido por conta daquilo que a gente chama de crescimento vegetativo. E, desculpem-me, ali dentro tem de tudo. São legislações dos últimos 30 anos, e a cada ano, ênio, biênio, triênio, quer dizer, todo ano algum direito se incorpora à minha



condição funcional. Algumas situações eu julgo legítimas, entretanto em outras situações acho que melhor seria se a gente permeasse o mérito. Mas também não vem ao caso a gente discutir lei que está posta.

Então, a folha de pagamento, Deputada, custou 8 bi o ano passado; este ano deve chegar a 8 bi e 800. Se você colocar a inflação em cima desse negócio, este governo ou qualquer outro no futuro não ficará em pé. Aí, eu quero destacar que é conversa! É governo e servidores conversando, não é lutando um contra o outro. Se não dialogar, nós não vamos achar saída para nada.

Vou dar um exemplo bem prático: ontem os Deputados receberam aqui a visita do Sinpol – Sindicato dos Policiais Civis; eu recebi eles na semana passada. Conversamos e devemos continuar conversando ao longo desta semana e da próxima para chegar a um acordo. A categoria foi levada a uma greve. Eu disse na imprensa, disse a todos vocês: uma greve injusta, no meu juízo. Por quê? [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*] Porque o governo apresentou uma proposta – num tempo interessante –, estava dialogando, e de repente todo mundo parou para fazer pressão. Isso não serve para nada, nem para a categoria, nem para o governo e nem para a sociedade, que é a mais prejudicada. Então, a conversa, o diálogo, nos leva a construir situações melhores.

O conjunto da Segurança Pública, que está na pauta, e outras categorias que vêm depois, está ajustado em 90%. Nós já temos um acordo encaminhado, o problema é que está faltando algum detalhe de ambos os lados para poder fechar tudo isso e encaminhar para esta Casa examinar. Então, tem que haver diálogo permanente, levando em conta as realidades econômicas que o Estado e o País vivem e que interessa a todos os lados.

Eu quero destacar o seguinte: vamos esquecer financiamento público, vamos esquecer aporte de recursos e qualquer coisa dessa natureza. Vamos pegar a receita... Eu disse, no início, que Santa Catarina é um Estado independente economicamente. O que significa um Estado independente? Ele consegue pagar as suas contas e fazer os seus investimentos. Bom, quando ele pega R\$ 8 bilhões e coloca na folha de pagamento do seu servidor público, quanto ele pega desse mesmo caixa geral e coloca para obras e investimentos em escolas, hospitais, estradas, pontos etc.? Ele pega aproximadamente R\$ 1bilhão. Portanto, temos que ter um pouquinho de cuidado na gestão desses assuntos, porque renovam.

A sociedade é a maioria, são seis milhões e pouco. Então, R\$ 8 bilhões para 130 mil e R\$ 1bilhão para todo o resto de investimentos. Esse é um comparativo interessante de ser feito. Na medida em que a gente consegue segurar a folha em algo em torno de 40% da receita corrente líquida, esse um bilhão vira dois. O que é justo, uma parte para a sociedade, uma parte para o serviço público. O ideal seria que fosse muito maior, que o Estado tivesse uma arrecadação muito maior. O Estado de São Paulo arrecadou no ano R\$ 126 bilhões e nós mais ou menos quinze. É interessante! Olhem o tamanho da diferença dos Estados da Federação.

Deputada, com relação à Previdência, 11% é o que servidor, em regra, coloca no sistema; os mesmos 11% o Estado coloca também, só que sobre um saldo de insuficiência que é bancado basicamente somente pelo Tesouro. Então, quando eu disse que, por exemplo, neste momento até junho, o regime arrecadou R\$ 751 milhões, ele é a soma da parte do servidor mais a cota patronal, mais a parte do Estado. Portanto, o Estado e o servidor juntos colocaram R\$ 751 milhões, e o caixa geral do Tesouro foi lá buscar mais R\$ 1,2 bilhão para colocar no sistema. Isso é insustentável, e temos que discutir isso para o futuro.

Deputada, com relação ao ICMS de produtos agrícolas e da merenda, gostaria de dizer que a matéria não me chegou como sendo ICMS de produtos da merenda, mas sim



ICMS de produtos de pequenos produtores. Não é isso? Eu não sei se é exclusivo para alimentação escolar.

**O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH** – O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos –, do governo federal; o produto industrializado que tem imposto, o ICMS, e a alimentação escolar. Esses dois itens. Não é de todos.

Inclusive eu quero complementar, Secretário, dizendo que temos vários programas de incentivos fiscais em Santa Catarina, como o Prodec e outros, e essa pequena agroindústria não tem nenhum incentivo. Ela paga cheio desde o seu primeiro dia de nascimento. Isso está dificultando muito a construção de uma política de agregação de valor do Estado de Santa Catarina.

A partir daí teria um mínimo de incentivo para um grupo de pequenas indústrias que não tem... porque senão ela não tem condições de competir. Boa parte das agroindústrias que se instalam no Estado tem incentivo fiscal grande, e a pequena não tem. Mas é somente nesses dois programas, Secretário. A lei é clara.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Deputado, estou buscando na memória, pois não vim com essa informação atualizada, mas a última discussão realizada sobre uma sugestão vinda da Assembleia – imagino que venha dos Deputados – foi a desoneração do ICMS dos pequenos produtores que ganhavam a industrialização. Isso é aquela história de se vender na feira sem o saquinho plástico e ter o benefício do Estado porque está na cesta básica, mas, se colocar no saquinho plástico, terá mais sanidade, melhor qualidade do produto. Então, ele é caracterizado, mesmo sendo de pequeno produtor, como produto industrializado, e aí eleva o ICMS. É isso que estamos falando?

O Governador, nesse caso específico, já nos autorizou a estudar uma forma de estender o benefício da cesta básica para esse produto industrializado do pequeno agricultor. Mais ou menos, essa é a matéria. Então antecipo que o Governador já autorizou estudar a forma de incluir na cesta básica, com as desonerações da mesma cesta. Eu vou cobrar do pessoal hoje à tarde, mas esse assunto já deve estar em fase absolutamente final de decisão.

**O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESH** – Isso foi tratado como lei?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Foi realizada uma reunião no meu gabinete, inclusive colocaram na mesa todos os produtos. E foi bastante interessante, porque, Deputado Knaesel, se o sujeito não melhorar... porque é um trabalho de melhora da qualidade. Se ele for para a feira, já tem o benefício; se ele agregar qualidade, acaba pagando. Isso deve ser corrigido, sim.

Eu antecipo a vocês que o pedido deverá ser atendido; obviamente vai ser submetido ao Governador. Ele já recomendou o atendimento, a construção disso está sendo feita e, no que for definido, vocês participarão da decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Com a palavra o Deputado Valmir Comin.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN** – Senhor Presidente, senhores Deputados e amigos da TVAL e da Rádio Alesc Digital, cumprimento o Secretário Gavazzoni e o diretor Adriano, a quem parabeno pela brilhante apresentação, que foi muito prática, muito clara e objetiva.

Não poderia passar em branco, sem eu fazer um agradecimento à Fazenda e a toda a sua equipe pelo trabalho e arranjo tributário fiscal que feito por consequência do leilão A -5, que é o da permissão da geração de energia a partir do carvão, estabelecido pelo governo federal através da Eletrobrás. Esse leilão ocorreu no dia 29 passado, e infelizmente nenhuma das quatro usinas existentes no Brasil, e no de Santa Catarina



também, participaram em função do preço estabelecido pelo governo federal em 140 kW/hora, tornando inviável a participação dessas empresas. Mas no próximo dia 5 de dezembro nós deveremos ter um novo leilão e, aí sim, esperamos, com um novo preço, e que possamos participar desse projeto. É um investimento de R\$ 2 bilhões que vai aquecer, com certeza, e muito, a economia do sul do Estado.

Senhor Secretário, tenho dois questionamentos a fazer. O primeiro deles é com relação à questão do financiamento, do Pacto; são R\$ 10 bilhões de investimento. Esse é um feito jamais visto na história de todos os governos que passaram em Santa Catarina e isso remete a uma reflexão no sentido de dizer que o Estado está fazendo a sua parte, está dando as garantias e a capacidade de endividamento. [Taquígrafa-Revisora: *Iwana L. Lentz*] Evidentemente, há parceria com o governo federal, apesar de ser financiamento e não dinheiro a fundo perdido. E, por outra vertente, disponibilizar 530 milhões a fundo perdido aos Municípios sem a necessidade de contrapartida, e no Badesc a juros zero com um ano de carência e três anos para pagar. Particularmente, eu, nesses 23 anos de vida pública e 52 anos de existência, nunca vi um feito dessa natureza.

Quando o senhor fala na capitação desses recursos e na repactuação da dívida, houve uma economia de – o senhor está mostrando aqui a Celesc e outros órgãos – 63 milhões/mês, é isso? Saiu de qual indexador anterior para o que está hoje?

O segundo questionamento. Há muitos anos foi realizado, através de uma ação de governo, o repasse da gratificação da Administração, da PGE e da Fazenda num total de 100%, ficando de fora vários outros órgãos, tais como Segurança; Deinfra; Comunicação; Educação; Turismo, Cultura; Fesporte; Fundação de Educação Especial; Justiça. Ficaram em haver essa margem dos 60% aos 100%, ou seja, 40% defasados. Qual é a expectativa e se existe alguma projeção, com relação ao governo, de restabelecer essa condição dos órgãos que ficaram num processo, digamos assim, defasado, comparando com a Administração, a PGE e a Fazenda?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Deputado, com relação à dívida não é só o indexador, mas é o... os contratos antigos trazem uma carga econômica bastante grande. Então, o contrato que foi pago a vista... O Wanderlei tinha uma cláusula contratual de 14% mais...

**O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES** – Senhores, com a União a dívida é bastante pesada, é IGP-DI mais 6%. E a gente desembolsava 13% da Receita Líquida real mensalmente para a União. Com a quitação, a gente trocou a dívida de IGP-DI mais 6% por 4% fixo e vinculada à variação cambial. Só que a gente quitou 100% do resíduo que tinha com a União, quase R\$ 1,5 bilhão, e com isso a gente deixou de ficar vinculado ao percentual de 13% da Receita Líquida real e caiu para algo em torno de 8%. Então, a gente deixou de mandar para a União cerca de 50 milhões/mês dessa operação, isso com um ano e seis meses de carência e depois passando a amortizar a operação de dez anos.

Já com o BNDES a operação foi muito melhor, a gente trocou o INPC mais 6.80%, 6.82% – aquela dívida da Celesc –, por uma operação de TJLP mais 0,8% e com sete anos de carência. Esse empréstimo, se a gente for considerar, a TJLP está em 5% mais 0,8, dando um juro de 5,8% ao ano, é praticamente juro de poupança, ainda considerando que vamos ter 7 anos de carência e 22 anos de prazo ao todo, enquanto o INPC é mais 6.80% e na época estava batendo 14%, praticamente, ao ano. Então a gente troca de 14% para praticamente 5,8%.



Portanto, a condição é muito mais favorável ao Estado. A gente pagava cerca de 12 milhões para o BNDES mensalmente e aqueles 50 milhões para a União. Então, praticamente 62 milhões de folga de caixa por mês no Tesouro do Estado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN** – Muito bem. Obrigado.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Deputado, quando os Estados têm o percentual vinculado a pagamento de dívida... por exemplo, no nosso caso, 13% do que se arrecada. É automático; entrou, você desempenhou melhor naquele mês a arrecadação, a economia cresceu, a Fazenda cumpriu a meta, é vinculado, 13% você paga a dívida. Nessa nova renegociação o perfil caiu. Então você tem um menor desembolso, o que nos sustenta neste momento com a folha em 47. A folha nunca chegou a tanto. Então este ano a pressão sobre o caixa decorrente de folha é muito maior do que qualquer ano dos últimos 10 anos, 15 anos. Por que a gente vai conseguir fechar o caixa? Porque também essa operação foi feita. Se a operação não tivesse sido feita, hoje nós estaríamos numa situação bastante delicada, a exemplo de outros Estados brasileiros.

Vamos pegar como exemplo os estados do Sul do Brasil, Rio Grande do Sul e Paraná; ambos avançaram nos depósitos judiciais não do Estado, das suas ações, mas do cidadão comum. Vocês devem conhecer essa informação. Ambos entraram na conta do Judiciário para pegar recurso público, depositado lá de ações judiciais de terceiros, a fim de poderem manter em dia o pagamento de folha. Agora o CNJ – Conselho Nacional de Justiça – obistou o levantamento desses recursos pelo Paraná; ou seja, vira uma confusão danada.

O que aconteceu no Brasil? Ocorreu uma frustração. Todo mundo vinha com arrecadação regular de 10%, 15% ao mês, média/ano, mas de repente as coisas deram uma parada, e foi brusca. Aqueles que não se planejaram bem foram pegos de surpresa e as contas explodiram.

No nosso caso, estamos enfrentando bem o momento, e acho que o diferencial de Santa Catarina é esta conjugação de força em prol do aquecimento da economia. Investimento público, eu repito, traz junto o investimento privado, e ele aquece a economia das nossas regiões e do nosso Estado. Por isso o Fundam é tão importante, porque jogar meio bilhão a fundo perdido no caixa das Prefeituras movimenta a máquina municipal rapidinho, e isso aquece a economia local também e, no conjunto da obra do Estado, nos ajuda.

Os servidores públicos. Eu sempre insisto muito na construção e no diálogo. Ultrapassada a discussão com a Segurança Pública, o governo já tem um plano para aquelas categorias que não foram contempladas nos últimos anos ou para aquelas situações em que ainda há uma diferença para atingir o objetivo das categorias. É óbvio que, de novo, como foi em 2010, há uma ideia de parcelar por um determinado tempo, que vai ser proposto. Mas para chegar nessa fase, que dentro do governo já está madura, antes nós precisamos fechar a Segurança Pública, porque essa Pasta tem um contexto todo especial, uma remodelação toda especial, e não dá para colocar uma na frente da outra. Eu fico imaginado vocês aqui na Assembleia, se o governo começar a mandar tudo picado para cá, mandando uma categoria hoje, outra amanhã. Vamos primeiro resolver a Segurança Pública; na sequência ou na mesma semana – a gente já tem tudo pronto –, a gente faz as conversas sindicais e manda para cá matérias razoavelmente bem discutidas para não gerar polêmica aqui dentro. A gente sabe que é muito comum, dependendo de como chega a matéria, aqui ela virar um transtorno para todos, e aí se tem dificuldade de ajustar. Então a gente está tentando deixar tudo mais ou menos



maduro, negociado, para chegarem aqui matérias que sejam de fácil aprovação.  
[Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Secretário, rapidamente, ao longo dos vinte poucos anos de mandato Parlamentar e de mais de trinta anos como servidor da Secretaria da Fazenda, eu vejo três pontos de estrangulamento, e entra governo, sai governo, mas praticamente eles não se alteram. O primeiro, claro, é em relação ao pagamento da dívida junto à União, e eu não captei totalmente esta nova renegociação que foi feita. Pelo que entendi, o percentual era 13% da Receita Líquida e baixou para 8% da Receita Líquida. É isso, Wanderlei?

*(O senhor Wanderlei Pereira das Neves manifesta-se fora do microfone: “A gente pagava a dívida da União com resíduo; pagamos 13% da Receita Corrente Líquida e passamos cerca de 8% com a quitação do resíduo da dívida com a União. A economia gerada foi de cerca de R\$ 50 milhões ao mês. Com o BNDES pagamos cerca de R\$ 980 milhões com a economia de R\$ 12 milhões/mês.”)*

E esse resíduo vai ser pago com o financiamento? Foi pago com o financiamento do BNDES?

*(O senhor Wanderlei Pereira das Neves manifesta-se fora do microfone: “Não.” Ininteligível.)*

Ah, o.k. Bom, esse, sem dúvida, sempre foi, Secretário, um dos grandes problemas. V. Exa. acabou de colocar que entrou no caixa, e 13% já iam diretamente para o pagamento da dívida. Com isso, um desençaixe obrigatório. Mas com essa nova renegociação que foi explicada começa a atenuar esse ponto.

O segundo ponto, ainda que do meu ponto de vista não tenha sido resolvido, é a questão do IPI-Exportação, a famosa Lei Kandir. Santa Catarina recebe da União, mensalmente, um retorno do IPI-Exportação, mas muito abaixo do que, na verdade, seria o valor correto. Não sei se tem esse número. Quanto a União repassa, mensalmente, sobre o IPI-Exportação? Eu acho que, pelo número que vi, eram R\$ 690 milhões/ano em IPI-Exportação. E quanto seria, na verdade, o que as indústrias catarinenses, o setor de exportação de Santa Catarina teria direito? Aí fica uma grande questão, ainda: todo custo operacional e de venda das indústrias, todo o setor que exporta é isento de ICMS, também tem este retorno do IPI, e muitas vezes acaba tendo essa dificuldade. Não sei se tem esse número.

O terceiro grande ponto de estrangulamento para o qual não se consegue uma solução, em que pese todos os avanços que tivemos na Secretaria da Fazenda de melhoria do sistema de acompanhamento da economia, da fiscalização, da tecnologia, do profissionalismo, enfim, é a questão da dívida ativa. Eu não sei se foi colocado em que valor está hoje a dívida ativa e qual é a política, além, claro, das anistias que muitas vezes são obrigatórias para fazer caixa. Mas nós aprovamos, se não me engano, também a possibilidade de retorno da dação em pagamento. Claro que, para bem servir o Estado... E sempre tem o problema do percentual aos Municípios e aos Poderes, que também é um complicador nesse ponto. Mas vejo isso como uma política saudável porque a maioria das empresas que está em dívida ativa não foi por sonegação fiscal, mas sim por inadimplência ou questão de mercado, questão da economia, enfim, e muitas empresas tiveram que deixar de recolher o seu ICMS normal e acabaram contraindo essa grande dívida que está em dívida ativa. O Estado, claro, faz um esforço junto com a Procuradoria do Estado e com outros órgãos que são envolvidos, como o Tribunal de Justiça, mas nunca se consegue baixar o valor dessa dívida. Não sei se tem esse valor atualizado e em que fase está isso.

Seriam essas as questões.





**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) – Deputado Knaesel, obrigado.**

A Lei Kandir, veja que coisa interessante: no ano passado, no mês de agosto, a Lei Kandir foi zero; neste mês de agosto passado, nós recebemos R\$ 4,3 milhões de Lei Kandir. Claro que depois você tem que somar R\$ 20 milhões de IPI e o FPE do Estado, que é pequeno, ele é em torno de R\$ 60 milhões. É por isso que nos números que ele apresenta no início... Por isso eu digo que nós somos Estados independentes. Nós somos Estados produtores, a nossa base é industrial, nós temos uma base de serviço qualificada, a gente tem condições de ter recursos para manter a nossa estrutura. Isso é uma coisa boa. Essa luta...

Em março passado, eu ouvi muito dos Estados do Norte e Nordeste o seguinte argumento: vocês são Estados ricos e, portanto, podem perder. Aí eu usava o seguinte contra-argumento: beleza, vocês querem que a gente fique dependente da União; daí nós vamos tentar dividir o FPE de vocês, vamos tentar dividir todos aqueles recursos que hoje sustentam os Estados do Norte e Nordeste. Basicamente 90% da sobrevivência financeira deles depende da União e das transferências federais. É por isso que a gente recebe muito pouco aqui. A gente contribui com bastante, tem condições de se manter, e recebe muito pouco com relação ao retorno. E para onde vai esse recurso? Vai para aqueles Estados.

Então, na medida em que aqueles Estados que têm mais força política do que nós, infelizmente... Pega o Senado da República: você tem 21 Estados para aquela região contra 7 ou 8 aqui do Sul e Sudeste. Portanto, a gente perde sempre no Senado da República. É uma questão de discussão da Federação.

Voltando, soma-se o FPE de mais ou menos R\$ 60 milhões/mês aos R\$ 20 milhões de IPI, que vem sendo ano a ano desonerado, ou vem sendo utilizado como instrumento de desoneração para aquecer a economia. De um lado é bom, aquece a economia, de outro lado reduz a participação de Estados e Municípios. Mas é o jogo.

Então, Lei Kandir, assim... De forma bem prática, antes eu já lutei muito por ela, hoje já nem conto mais com ela na projeção de caixa. Foi uma coisa importante para o Brasil, desonerou a exportação, melhorou o perfil das indústrias que exportam, contribuiu para o desenvolvimento econômico do País, mas os Estados que deveriam receber a compensação do ICMS, ou pelo menos 50% do ICMS que perdiam, hoje não está significando, sei lá... 5%. E a tendência é, no futuro, talvez, desaparecer a própria Lei Kandir.

Com relação à dívida ativa, Deputado, ano após ano... hoje nós estamos com R\$ 8,6 bilhões de dívida ativa. Há duas coisas bem importantes na questão da dívida. A dívida vem sendo atualizada; como o volume é grande, a atualização sobre R\$ 8 bilhões provoca o crescimento de um número interessante e significativo. Duas coisas precisam ser destacadas nessa questão: a primeira delas é a mudança do perfil da gestão feita pela Fazenda. Em 2009, esta Assembleia Legislativa aprovou um conjunto de leis que reestruturou a Fazenda e a questão dos acordos de resultado. Se vocês lembrarem bem, uma das legislações alterou a atividade dos servidores da Fazenda. É muito comum ouvir o seguinte: se eu encontrar uma irregularidade, eu preciso notificar. Não é isso? Atividade vinculada. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato] Você encontrou lá um não pagamento e precisa, vinculadamente, sem nenhuma outra possibilidade de atuação, aplicar uma multa, crescer o valor, penalizar a empresa ou o contribuinte que não recolheu. Nós mudamos e demos à Fazenda um perfil mais de monitoramento dos setores, com instrumentos que permitissem ao servidor não ser responsabilizado quando ele, ao invés de emitir uma notificação, fizesse com que o contribuinte cumprisse a sua



obrigação tributária, ao menos com atualização monetária e não com multa. Por que isso? E aí se chega à dívida ativa.

O que é dívida ativa? Dívida ativa causa dois grandes problemas para qualquer ente público. O primeiro deles é o recurso que não entra, pois ele faz falta; e o segundo é como administrar essa dívida, porque ela custa caro. Não entrou, já é um problema; e como administrá-la? Então você tem que colocar servidor público, Procurador do Estado, ação judicial, movimentar toda uma estrutura, gerar uma série de despesas, para, no final, você ter muito pouco êxito nos processos judiciais de cobrança ou mesmo de execução.

Aí vem a parte boa. Pegando os dados dos primeiros seis meses da Fazenda, na parte de arrecadação, vemos que quase 97% do ICMS devido foi recolhido. Olhem que coisa interessante. O nosso Estado recolhe ICMS, por isso a gente consegue manter bons níveis de arrecadação, ou seja, consegue atingir metas, porque o monitoramento funciona. O sujeito não recolheu hoje, amanhã ele está recebendo um telefonema de algum servidor da Fazenda dizendo que ele não recolheu e perguntando o que ouve, se ele quer ir lá acertar naquele dia, falando que pode parcelar em seis vezes, cinco vezes, dez vezes, mas que tem que manter em dia o próximo, ou seja, o cidadão sabe que está sendo monitorado. Isso faz com que o perfil de adimplemento seja bastante interessante.

Eu assumi em março, abril deste ano, e realizamos um evento – Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado e Secretaria da Fazenda – no qual lançamos uma carta aberta à sociedade catarinense mostrando o pacto feito por esses três órgãos. O que fixamos nessa carta? Primeiro, que não haverá reedição do Revigorar nos próximos dois anos. Isso não exclui a necessidade eventual de algum setor em crise precisar de um programa especial de parcelamento, e se isso acontecer nós temos condições, não quebrando o discurso, de incrementar um programa especial para algum setor, mas a regra é que não haverá reedição do Revigorar nesses dois anos. O Revigorar é bom de tempos em tempos, mas ano a ano ele deseduca o contribuinte, e isso é ruim. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto fixado foi a sinergia criada entre Ministério Público, Procuradoria-Geral e Fazenda. Ficou combinado que as regionais da Fazenda, da PGE e do MP conversariam e atuariam em conjunto naqueles grandes contribuintes que eventualmente não estivessem recolhendo em dia por alguma razão.

Vou dar um exemplo para vocês de forma bem prática: um dia desses fui a um evento da Associação Comercial de Joinville e um empresário bastante conhecido disse-me que tinha sido surpreendido por um convite para que comparecesse à Fazenda – de fato, ele disse que não havia recolhido o ICMS naquele mês. Ao chegar à Fazenda levou um susto por encontrar lá o auditor da Fazenda, o Procurador do Estado e o Promotor de Justiça da Comarca. O que era aquilo? Eram Ministério Público, PGE e Fazenda atuando junto no monitoramento. Ele foi convidado a colocar em dia o débito, e correu a recolher.

Essa é uma parceria institucional para monitorar os principais setores e as principais empresas, a fim de que tenhamos a entrada do recurso no cofre, uma vez que, se virar dívida ativa, passa a ser um problema para todo mundo.

Deputado Gilmar, uma das coisas boas que a PGE conquistou nos últimos tempos é a penhora dos créditos de cartão de crédito – vocês já devem conhecer essa história, devem ter essa informação. A penhora dos créditos de cartão de crédito permite ao Estado, e o Judiciário tem fixado algo em torno de 10% desse volume/mês, o acesso a adimplementos de forma mais rápida. Essa é uma medida que tem que ser elogiada; a PGE atuou muito bem e foi muito competente nesse assunto.



**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Deputado Dóia Guglielmi, V.Exa. gostaria de se manifestar?

*(O Deputado Dóia Guglielmi declina da palavra.)*

Vou deixar a palavra livre aos senhores Deputados para as considerações finais.

Com a palavra o Deputado Estadual Renato Hinnig.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG** – Dentro do que foi provocado por V.Exa. na questão da Lei Kandir, eu gostaria de ter uma complementação de informação. Como está essa questão do acúmulo de créditos por parte das empresas exportadoras, que deveriam ser ressarcidas por conta da Lei Kandir, o que não está acontecendo? Como a Fazenda está tratando disso e qual é o volume de crédito acumulado em decorrência dessa questão?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Esse é o problema, Deputado, porque na medida em que você não tem um aporte significativo de Lei Kandir, o estoque cresce todo mês e as empresas sofrem e reclamam, mas o Estado também não tem como abrir as suas portas e permitir a utilização de todos os créditos, uma vez que comprometeria a sua arrecadação.

O SAT – Sistema de Administração Tributária – é um sistema eletrônico, tem a transferência eletrônica de todo volume de crédito possível; então todas as empresas têm um volume de crédito que é autorizado. Excepcionalidades também podem acontecer, dependendo do setor. Como exemplo, o setor madeireiro, em crise no planalto norte, usar o crédito para pagar a energia do mês. Então alguns setores a gente vai tratando, dependendo dos argumentos e quando eles são cabíveis, mas a situação é complexa, Deputado. O senhor conhece bem.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG** – Resumindo, o calote da Lei Kandir ao Estado está sendo suportado pelas empresas exportadoras de Santa Catarina.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Suportado pelo Estado e, parte, pelas empresas. As empresas também têm o seu planejamento tributário, Deputado. Então elas, no conjunto das suas atividades, também conseguem aproveitar os seus créditos dentro dos seus negócios. Os grupos têm várias empresas, e o conjunto da conta de débito e crédito, de regra, é aproveitado por todas elas, mas o estoque cresce todo mês.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG** – Qual é o volume desse estoque?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Isso é tributário, e eu estou com a contabilidade-geral do Estado. Do tributário não tenho a informação aqui.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG** – O.k., perfeito, compreensível.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Não vou lembrar aqui, mas são uns pares de bi (*risos*).

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG** – Eu quero mais uma vez cumprimentar o Secretário e toda a equipe pela forma clara com que fizeram a exposição e, diante de todas as dificuldades, pela forma competente como vem gerindo as finanças do nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Com a palavra o Deputado Dirceu Dresch. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira*]



**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** – Senhor Presidente, falei pouco antes, fiz poucas perguntas porque eu tinha reservado algumas questões mais de comentário.

Primeiro, quero cumprimentar o Secretário, uma vez que eu acho esta nova estratégia que o Brasil adota nos últimos anos de o Estado poder ser o grande propulsor do desenvolvimento, da geração de emprego, de renda, e da própria arrecadação a partir do investimento público, de recursos públicos, é uma mudança de paradigma, porque antes a estratégia era justamente frear o investimento público quando ameaçava haver crise. Isso é uma novidade, e inclusive o Brasil passa por esta crise mundial com outra perspectiva.

Segundo, é o dado da economia. Acho que com a valorização do salário, do poder aquisitivo da população brasileira, e com os programas sociais – muitos são criticados – Estados como Santa Catarina se beneficiam muito, porque a nossa base produtiva é muito grande na área de alimentos, na área de móveis, e o Estado tem uma forte ação no setor de desenvolvimento. Esse acerto na economia ajuda muito o nosso Estado.

Eu quero destacar também que no último triênio de 2010, de 2011 e de 2012 o Estado teve um avanço significativo na arrecadação: de R\$ 13 bilhões em 2010 para R\$ 15,2 bilhões em 2011 e para R\$ 17,7 em 2012, ou seja, um crescimento de 34,77%. A arrecadação estadual foi 16,5% superior à inflação e ao INPC. Acho que esse é um dado fundamental e que, de fato, não está se vendo na questão dos investimentos.

Outra informação que eu acho importante é justamente essa nova forma de tratamento do governo federal com os Estados. Acho que nós perdemos muito nos últimos doze anos, treze anos com esta relação difícil que o Estado tinha com a União, não conseguindo fazer justamente o que está se realizando nesse último período: o diálogo. Seja divergente partidariamente ou politicamente, estamos tendo diálogo entre o governo do Estado e o federal, que criou esta possibilidade de renegociação, o que pode significar a redução da dívida de R\$ 50 milhões por mês. Acho que esse diálogo é fundamental e traz um resultado positivo.

Eu quero destacar esta questão da dívida. Acredito que é importante o Estado buscar recursos para investimentos, mas vamos debater isso em outro momento com o governo, porque vai significar o crescimento da dívida do Estado, já que grande parte são empréstimos. Por um lado, você vai quitar a dívida – o que o senhor apresentou aqui – no sentido de diminuir os juros e os custos dessa dívida para uma nova perspectiva. Isso é extremamente positivo. Por outro lado, vamos ter uma dívida bem maior para os futuros governos. O Estado tem espaço para adquirir mais dívida; é um dos Estados, talvez, mais enxutos, que pode se endividar mais. Eu acho que isso não é problema. Agora, o governo Colombo vai adquirir, durante os quatro anos, uma dívida importante para os futuros governos que pode chegar próximo aos valores dos investimentos e das dívidas. Então, se hoje nós temos uma dívida que pode chegar próxima a R\$ 18 bilhões, R\$ 19 bilhões, pelos dados que estamos colhendo, nós podemos ampliar essa dívida em mais R\$ 10 bilhões. Num outro momento, vamos discutir isso um pouco melhor.

Temos uma situação que nós vimos na auditoria da Saúde e que já vínhamos levantando há algum tempo: o Estado gasta mal em termos de custos. Um dos elementos que levantamos é a questão das Secretarias Regionais, que é um excesso de custos. Como a auditoria levanta, são R\$ 100 milhões por ano que eram pagos a mais por situações adversas, principalmente em termos das formas de compra de equipamentos, de materiais. Na minha avaliação, esse é um dos elementos que o Estado precisa arrochar melhor, nesta perspectiva do gasto do dinheiro público. Uma das



questões que V.Exa. levanta, Secretário, na minha avaliação, é que não é legal o funcionalismo público gastar 46%, 47% da arrecadação. Esse é o sentido de o Estado existir. Qual é a grande demanda da sociedade catarinense? Saúde, educação e segurança; são os três itens centrais. Então, o Estado gasta o dinheiro do cidadão nessas grandes perspectivas de atendimento a esse cidadão. Eu diria, claro, que o investimento também é importante e necessário, mas para manter a máquina do Estado você precisa gastar principalmente nessas grandes áreas. Acredito que essa lógica de que o funcionalismo é o grande vilão da história... o existir do Estado é justamente para prestar esse serviço à população.

Demos uma olha nos pareceres do Tribunal de Contas de 2012, e fica aqui a seguinte questão: na Educação, o governo desconsiderou a recomendação do Tribunal de Contas de excluir o pagamento dos inativos. Então, os inativos estão incluídos novamente nos 25% da Educação; os 12% da Saúde também ficaram aquém, em 10,60%; e temos algumas recomendações no sentido do Fundo Social para as Apaes, que também não chegaram a 2%. Além disso, temos o PLC 503, que foi aprovado por esta Casa, na questão do 1% para a habitação. Claro que isso não é constitucional, mas é uma lei importante na questão da habitação. O que nós vimos nisso, Secretário, é que a Constituição Federal de 1988, a Secretaria do Tesouro Nacional e a LDB – Lei de Diretrizes da Educação Básica – preveem que os inativos não podem estar incluídos. [Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini] Inclusive temos um levantamento aqui: desde 1988 o Estado daria só desta diferença, devendo para a Educação, em torno de R\$ 5 bilhões, e isso no futuro certamente vai ter problema para o Estado, pois ou vai ter que pagar isso ou retribuir de alguma forma. O Estado não está cumprindo nem a Constituição nem a lei federal, e isso é inclusive recomendação do Tribunal de Contas.

E a gente trabalha sempre com esta questão da diferença de tratamento para um Prefeito e para o governo do Estado. A Prefeitura tem problemas, se não cumprir; o Estado tem passado, mas possivelmente no futuro vai ter que responder a ações e talvez até retificar essa questão.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Eu prefiro que todo mundo primeiro faça as suas colocações, a fim de irmos para o encerramento.

Deputado Maurício Eskudlark, mais algum ponto?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MAURÍCIO ESKUDLARK** – Senhor Presidente, é somente para voltar a parabenizar, principalmente por esta preocupação. Existem alguns servidores em que a situação salarial é bem difícil: o pessoal barreirista, da Cidasc; o administrativo, da Segurança. A gente conhece as dificuldades. Mas a gente vê a contradição que a própria sociedade, ou o Parlamento, vive: a Deputada Luciane Carminatti pedindo a redução do imposto e o aumento do salário dos servidores, no mesmo pedido. Eu vejo a forma zelosa como a Secretaria da Fazenda leva o assunto, e até vejo aqui dificultada a ação do Deputado Dirceu Dresch. Se ele fosse oposição no Rio Grande do Sul, era bem mais fácil arrumar motivo para crítica lá, que é administrado pelo PT. Mas a gente quer que o servidor ganhe mais, quer que o imposto seja reduzido; então há uma contrariedade.

A questão que foi falada das taxas. Taxa não é imposto, é uma contraprestação ao serviço prestado. Então é diferente, como V.Exa. falou; não implica, não faz diferença na questão da folha de pagamento. Mas a gente sabe (eu tenho acompanhado), e acho que V.Exa. tem muita paciência, porém teria que aprender um pouquinho ainda, teria que ser maior, principalmente na negociação com os servidores, no diálogo. A gente quer que todo mundo seja muito bem remunerado, mas há esta preocupação com



o presente, com o futuro, com a questão do Iprev. Nós queremos ganhar bem, mas também, quando chegar ao final da sua carreira, na aposentadoria, ter a garantia disso. Então nós não podemos ter insegurança; a insegurança é muito maior do que você ganhar mal mas ter a certeza de ainda receberá aquele valor.

Quero parabenizá-lo pelo trabalho e principalmente pela paciência no trato com os servidores e de justificar e de mostrar cada atitude, cada motivo do que a Secretaria tem feito.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Com a palavra o Deputado José Milton Scheffer.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER** – Presidente, ao cumprimentá-lo quero saudar todos os colegas e o Secretário, de maneira simples e direta, pelo trabalho. Pela primeira vez nós estamos acompanhando o trabalho da Fazenda, e a Secretaria da Fazenda sai apenas dos limites contábeis do Estado e passa a agir proativamente. Isso é muito visível na sua ação e na da sua equipe, e a gente aqui no Parlamento tem que reconhecer esse esforço. Eu cito as ações com relação ao plano de saúde do Estado, à nova gestão, e nós vimos na apresentação que a Secretaria da Fazenda, além de fazer um bom trabalho contábil e de arrecadação, também parte ativamente, junto com as demais Secretarias do governo, na busca de solução e de melhoria da qualidade da gestão. Por isso, quero cumprimentá-lo e dizer que esta sua ação tem sido muito visível.

Temos preocupações – obviamente que aqui foi citada a questão do funcionalismo –, e eu, como oriundo da agricultura, não posso deixar de dizer que a Secretaria da Agricultura vai ser extinta; ela está com apenas vinte funcionários efetivos. É necessário. Sabemos de toda esta agonia que existe em relação ao funcionalismo, é justa em ambas as partes, mas é preciso olhar o agronegócio de Santa Catarina, que é fundamental para a arrecadação do Estado. E a Secretaria da Agricultura precisa de um tratamento diferenciado quanto ao seu funcionalismo. Estamos acompanhando – e queremos ter a oportunidade de conversar também sobre isto – o plano de desligamento voluntário que está sendo feito, muito bem construído. Precisa de um ou outro ajuste, mas será um instrumento de qualificação da gestão.

Por isso, cumprimento-o pelo trabalho que está sendo feito e pela explanação que aqui foi colocada com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Com a palavra o Deputado Valmir Comin.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN** – Senhor Presidente, é somente para encerrar a minha participação.

Mais uma vez, quero parabenizar a equipe da Fazenda, através do Secretário Gavazzoni. Muitas vezes as pessoas questionam: pois é, mas o Estado está buscando empréstimo, está se endividando. Eu vejo um Estado em que 93% da sua arrecadação é arrecadação própria, e essa é uma característica peculiar de Santa Catarina.

Mas precisamos pensar no lado positivo desta situação, no grau de potencialidades que nós podemos alcançar com estes investimentos nas mais variadas áreas, de maneira especial na infraestrutura, na questão logística de mobilidade e tudo mais, o que, com certeza, vai traduzir e repercutir estes 10 bilhões de financiamento em talvez 100 bilhões, 150 bilhões ou até 200 bilhões de retorno de arrecadação.

Esse é o prisma que nós precisamos adotar, essa é a vertente à qual precisamos estar atentos, e, evidentemente, aplicando este espírito de gestão que na essência está sendo efetivado, aplicado pelo governo Raimundo Colombo.

Parabenizo V.Exa. e fico muito satisfeito com a sua explanação.



**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Secretário, concedo-lhe a palavra para as suas considerações finais.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Somente quero agradecer-lhe, Deputado Gilmar, e deixá-lo muito à vontade para designar as próximas datas, a fim de colocarmos no calendário do Executivo, para evitar transtorno. Já quero pedir desculpas por poder transferir certas datas e agradecer também pela compreensão aos Deputados, exatamente para que conseguíssemos ao longo deste ano não só trabalhar nas metas e na Supermeta, mas trabalhar nas demais frentes dentro do Executivo, seja na Saúde, seja em toda a administração indireta.

Vem aí um grande plano de reformulação da administração indireta que passa pelo fortalecimento de áreas finalísticas importantes para o Estado e por transformações em outras áreas. Vem aí programa de demissão, vem aí uma série de iniciativas que significam um conjunto forte com foco em gestão. Foram esses trabalhos que acabaram dificultando o nosso encontro.

Então V.Exa. pode ficar muito à vontade; designe as datas e eu as coloco na agenda, não tem mais problema. [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

De forma muito resumida, acho que não preciso responder aos comentários. Agradeço inclusive os comentários do Deputado Dirceu Dresch. A mesma preocupação de V.Exa. é a nossa. Eu trocaria, Deputado, de forma tranquila, financiamento pelas perdas que nós tivemos com a Resolução 13 e com a desoneração da energia, que é algo em torno de 2 bi por ano. Quer dizer, em um Governo de quatro anos, que tem 8 bi à disposição de arrecadação própria, não precisa ficar contraindo financiamento. Por outro lado, essa parceria do governo federal conosco, nos avais em que nós precisamos ter recursos para investimentos, significa aquilo que o Deputado Comin citou há pouco, a oportunidade.

V.Exa. destacou no seu discurso, no início, incrementar a arrecadação através do aquecimento da economia do Estado. A economia se movimenta de modo muito interessante, é uma ciência a parte – não vamos discutir isso aqui, não temos nem tempo. Ela precisa encontrar ambiente fértil para poder se desenvolver; ela precisa encontrar a parceria dos órgãos federais, estaduais e municipais; ela precisa encontrar ambiente de mercado nacional e internacional, mão de obra, qualificação, instrução, ciência, inovação e uma série de componentes que fazem ou não o sentido de haver investimentos no Estado.

Então quando a área pública consegue, através de investimentos públicos, fomentar, aquecer a economia, tudo isso é uma grande cadeia que se movimenta a favor. Na verdade, hoje Santa Catarina puxa o crescimento da arrecadação no Brasil. Claro que ela tem uma importância diminuta no cenário brasileiro, mas ela faz isso bem feito. Se todos os Estados fizessem isso, talvez a economia do País deste ano fosse bem mais interessante.

A história de algum órgão público gastar mal, eu acho que nós temos um fato aqui que tem de ser enfrentado por todos: amanhã Partidos de oposição serão governo e Partidos que hoje são governo serão oposição. Isso é natural da democracia. O fato é que nós precisamos ir num crescendo de qualificação da gestão pública, sob pena de tempos em tempos os Estados quebrarem, como hoje acontece com vários exemplos no Brasil de Estados quebrados, Estados sem condição nenhuma de pagar, de investir ou de manter as suas estruturas.

Então, Santa Catarina vem conseguindo, ao longo de cada ano, melhorar e qualificar a sua gestão. Isso não é trabalho de um governo, isso tem que ser um trabalho do governo, de seus servidores, de sua sociedade e de seus agentes, sob pena de as



coisas não irem bem. Na casa da Saúde, em específico, não é que a consultoria encontrou um problema; o Estado encontrou um problema, foi o Estado quem trouxe a consultoria para nos ajudar. E não foi um órgão contra o outro, foi uma sinergia criada entre a estrutura da Saúde, a estrutura da Fazenda e a da Administração. É o governo, e não só ele, mas as estruturas de Estado trabalhando juntas para aprender com quem sabe, para aproveitar tudo de bom que nós temos e para trazer um pouco a ciência de fora. Quer dizer, tudo isso junto e com envolvimento social, que houve, a gente tenderá a melhorar muito o desempenho de como aplicar melhor o recurso público.

Senhor Presidente Gilmar, aproveito para dizer que saiu num *blog*, ontem ou hoje, um destaque dizendo o seguinte: “Parabéns à Justiça Federal que julgou uma ação em 22 dias. Parabéns!” É interessante, todo mundo ajudou, o próprio Estado, que foi parte na ação, a União e os Municípios envolvidos; todo mundo prestou as suas informações de um dia para o outro e ajudaram na decisão judicial. Parabéns a todos. No entanto, eu queria que vocês fossem buscar bem no finalzinho da nota o seguinte: naquele caso específico, a competência é federal. Quem foi condenado a resolver o problema de imediato? O governo do Estado. Nós estamos com 120 milhões/ano, 130 milhões/ano de ordens judiciais, que não são nossas, para comprar medicamentos (os nossos estão disponíveis), na medida do possível, com um problema ou outro. Aquilo que é federal é que gera um problema grande.

Então fui junto com o Governador à Brasília para fazer uma cobrança de trezentos e poucos milhões de ordens judiciais, que nós pagamos (o governo federal e o Ministério da Saúde têm que nos devolver), e o Ministro nos disse: “Olhem, eu tenho 30 bi de dívida no Brasil e não consigo pagar vocês.” Nós compreendemos e vimos embora sem receber o nosso recurso. Mas este é o fato, a Justiça faz um bem para o cidadão, resolve o problema dele, manda o Estado pagar, quando a competência é de outro. Então fica difícil, quer dizer, a saúde pública no Brasil é um dilema não só de Santa Catarina mas do Brasil todo. Ela tem que ser enfrentada por todos nós, e de mãos dadas; se alguém resolver só criticar e não entrar no baile para dançar, para ajudar, não tem como dar certo. Então, todo mundo ajudando vai dar certo.

Agradeço muito a todos os Deputados; aos técnicos da Fazenda, aos colegas da Prefeitura, aos servidores públicos e aos demais presentes.

Tenho um prazer grande de trabalhar na área pública, e quando temos prazer a gente tenta fazer bem feito. E para mim é um privilégio estar aqui com V.Exas. sempre que precisarem, seja nesta audiência ou em qualquer outra. Havendo possibilidade, estaremos à disposição de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Apenas para encaminhamento, também, o Deputado Renato Hinnig propôs que pudéssemos marcar uma reunião conjunta com a Fazenda e com a Secretaria da Educação no sentido de fazerem uma apresentação analítica dos investimentos e gastos na área da educação. Quero aprovar aqui a sua solicitação e marcarmos, conjuntamente, essa possibilidade para breve.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – É importante o Secretário da Educação estar junto.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gilmar Knaesel)** – Gostaria de cumprimentar o Secretário e toda a equipe da Fazenda especialmente pela maneira, mais uma vez, muito bem colocado por todos, como foi feita a apresentação, de forma muito técnica, clara e de fácil compreensão a todos. Os dados, os números estão aí para mostrar a realidade da despesa e da receita, os investimentos, enfim os custos, especialmente na folha. Mais uma vez, agradeço ao Secretário pela forma tranquila que





vem aqui na Assembleia conversar com todos nós, num debate altamente transparente, democrático e eficaz. Há pouco o Deputado Comin falava no meu ouvido que foi uma das melhores reuniões da Comissão no sentido de termos conhecimento, em que pese todas as outras que também já foram na mesma linha, mas cada vez evoluindo mais. E essa parceria, esse diálogo, quem ganha com isso é a Assembleia, o Poder Executivo e, quem mais ganha, a sociedade catarinense.

Agradeço a todos que compareceram a esta reunião da Comissão de Finanças, aos servidores, aos empresários, aos dirigentes e, especialmente, a todos os telespectadores da nossa TVAL.

Está encerrada a presente reunião. [*Ata sem revisão dos oradores.*] [*Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa*] [*Revisão final: Denise Videira Silva*][*Leitura final: Almerinda Thomé Lemos*].

**Deputado Estadual Gilmar Knaesel**  
**Presidente da Comissão de Finanças e Tributação**